



Simulado Final

ISS Florianópolis

Cargo: Auditor Fiscal de Tributos Municipais -
Especialidade: Auditoria e Fiscalização - Pós-Edital

Simulado

Simulado Final ISS Florianópolis (Auditor Fiscal de Tributos Municipais - Auditoria e Fiscalização)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Auditor Fiscal de Tributos Municipais - Auditoria e Fiscalização do ISS Florianópolis**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/eKmDb18QXwYfWw8A8>

01 - ABCDE	26 - ABCDE	51 - ABCDE	76 - ABCDE	101 - ABCDE	126 - ABCDE	151 - ABCDE	176 - ABCDE
02 - ABCDE	27 - ABCDE	52 - ABCDE	77 - ABCDE	102 - ABCDE	127 - ABCDE	152 - ABCDE	177 - ABCDE
03 - ABCDE	28 - ABCDE	53 - ABCDE	78 - ABCDE	103 - ABCDE	128 - ABCDE	153 - ABCDE	178 - ABCDE
04 - ABCDE	29 - ABCDE	54 - ABCDE	79 - ABCDE	104 - ABCDE	129 - ABCDE	154 - ABCDE	179 - ABCDE
05 - ABCDE	30 - ABCDE	55 - ABCDE	80 - ABCDE	105 - ABCDE	130 - ABCDE	155 - ABCDE	180 - ABCDE
06 - ABCDE	31 - ABCDE	56 - ABCDE	81 - ABCDE	106 - ABCDE	131 - ABCDE	156 - ABCDE	181 - ABCDE
07 - ABCDE	32 - ABCDE	57 - ABCDE	82 - ABCDE	107 - ABCDE	132 - ABCDE	157 - ABCDE	182 - ABCDE
08 - ABCDE	33 - ABCDE	58 - ABCDE	83 - ABCDE	108 - ABCDE	133 - ABCDE	158 - ABCDE	183 - ABCDE
09 - ABCDE	34 - ABCDE	59 - ABCDE	84 - ABCDE	109 - ABCDE	134 - ABCDE	159 - ABCDE	184 - ABCDE
10 - ABCDE	35 - ABCDE	60 - ABCDE	85 - ABCDE	110 - ABCDE	135 - ABCDE	160 - ABCDE	185 - ABCDE
11 - ABCDE	36 - ABCDE	61 - ABCDE	86 - ABCDE	111 - ABCDE	136 - ABCDE	161 - ABCDE	186 - ABCDE
12 - ABCDE	37 - ABCDE	62 - ABCDE	87 - ABCDE	112 - ABCDE	137 - ABCDE	162 - ABCDE	187 - ABCDE
13 - ABCDE	38 - ABCDE	63 - ABCDE	88 - ABCDE	113 - ABCDE	138 - ABCDE	163 - ABCDE	188 - ABCDE
14 - ABCDE	39 - ABCDE	64 - ABCDE	89 - ABCDE	114 - ABCDE	139 - ABCDE	164 - ABCDE	189 - ABCDE
15 - ABCDE	40 - ABCDE	65 - ABCDE	90 - ABCDE	115 - ABCDE	140 - ABCDE	165 - ABCDE	190 - ABCDE
16 - ABCDE	41 - ABCDE	66 - ABCDE	91 - ABCDE	116 - ABCDE	141 - ABCDE	166 - ABCDE	191 - ABCDE
17 - ABCDE	42 - ABCDE	67 - ABCDE	92 - ABCDE	117 - ABCDE	142 - ABCDE	167 - ABCDE	192 - ABCDE
18 - ABCDE	43 - ABCDE	68 - ABCDE	93 - ABCDE	118 - ABCDE	143 - ABCDE	168 - ABCDE	193 - ABCDE
19 - ABCDE	44 - ABCDE	69 - ABCDE	94 - ABCDE	119 - ABCDE	144 - ABCDE	169 - ABCDE	194 - ABCDE
20 - ABCDE	45 - ABCDE	70 - ABCDE	95 - ABCDE	120 - ABCDE	145 - ABCDE	170 - ABCDE	195 - ABCDE
21 - ABCDE	46 - ABCDE	71 - ABCDE	96 - ABCDE	121 - ABCDE	146 - ABCDE	171 - ABCDE	196 - ABCDE
22 - ABCDE	47 - ABCDE	72 - ABCDE	97 - ABCDE	122 - ABCDE	147 - ABCDE	172 - ABCDE	197 - ABCDE
23 - ABCDE	48 - ABCDE	73 - ABCDE	98 - ABCDE	123 - ABCDE	148 - ABCDE	173 - ABCDE	198 - ABCDE
24 - ABCDE	49 - ABCDE	74 - ABCDE	99 - ABCDE	124 - ABCDE	149 - ABCDE	174 - ABCDE	199 - ABCDE
25 - ABCDE	50 - ABCDE	75 - ABCDE	100 - ABCDE	125 - ABCDE	150 - ABCDE	175 - ABCDE	200 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/8zGX>

BLOCO I**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***TEXTO I**

Todos nós, em algum momento da vida (ou em vários), tivemos a necessidade de classificar a nossa personalidade. Contudo, embora seja comum que as pessoas pensem que essa característica seja imutável, segundo especialistas na área, ela não apenas pode mudar conforme as vivências de cada um, como também é possível conscientemente moldá-la.

No livro “Personality Isn’t Permanent” (obra ainda sem tradução no Brasil), o psicólogo Benjamin Hardy reforça essa tese. O dogma da classificação de personalidade é que muitas pessoas acabam se equivocando ao descobrirem as suas e acreditam que esse é o seu autêntico eu – definitivamente.

Para Hardy, essa crença é parte do problema, visto que a nossa “identidade” – ou modo como escolhemos nos definir como pessoa – é o que realmente importa. Personalidade, que ele vê como “nível superficial”, é um comportamento que decorre da vivência da nossa identidade.

Por conseguinte, é comum para um indivíduo poderoso e carismático ter traços resultantes que incluam confiança e um senso de humor aguçado. O ponto principal, porém, é perceber que tanto a identidade quanto a personalidade são passíveis de mudanças.

“Se você disser que é introvertido, isso é um rótulo. E como a identidade da maioria das pessoas tem uma mentalidade fixa, sua imaginação e vontade de mudar são bastante atrofiadas. Não é que não possamos mudar, é que não acreditamos que podemos”, explica Hardy.

A personalidade é composta por um conjunto de traços psicológicos que definem, em parte ou completamente, o universo de sentimentos e cognições de cada pessoa. É por meio dela que comportamentos e hábitos normais são configurados e transmitidos aos outros ou para si próprio.

Ainda, a ideia de que a personalidade não é permanente tem sido cada vez mais aceita no campo da psicologia, derrubando a antiga suposição de que ela era

estática. E indo mais além, ela também pode ser afetada por fatores externos.

Para se ter um exemplo prático, basta observar que na última década o movimento wellness ampliou o interesse pelo aprimoramento pessoal. De maneira geral, isso tem feito muita gente repensar sobre o seu bem-estar físico (comer bem e fazer atividades físicas) e em melhorar o estado mental por meio de meditação ou mesmo terapia.

Embora o objetivo não tenha sido explicitamente transformar a própria personalidade, é bastante provável que se uma pessoa está bem descansada e se exercitando regularmente, ela tende ser mais otimista.

<https://www.napratica.org.br/como-moldar-personalidade/>

1. De acordo com o texto, é incorreto afirmar que:
- A personalidade é frequentemente vista como algo fixo, mas especialistas apontam que ela pode mudar conforme as experiências de vida.
 - Benjamin Hardy defende que a personalidade é apenas uma camada superficial do comportamento humano, que se manifesta como consequência da identidade de cada um.
 - A crença de que a personalidade reflete o "eu autêntico" é considerada problemática por Hardy, pois alimenta uma convicção de imutabilidade.
 - A personalidade é considerada mais importante do que a identidade na visão de Hardy.
 - Identidade e personalidade são passíveis de mudança. A ciência da psicologia, inclusive, tem aceitado a noção de que a personalidade é dinâmica.

2. Infere-se adequadamente do texto que

- a) A atribuição de estereótipos é o fator social que impede a mudança das pessoas.
- b) A personalidade é composta por traços psicológicos que geram de forma determinística sentimentos, cognições e comportamentos.
- c) O ambiente pode afetar permanentemente a personalidade, conforme tem sido comprovado por estudos recentes.
- d) O movimento Wellness é citado no texto como exemplo para provar que a forma de alterar a personalidade implica mudança física.
- e) Melhorar o bem-estar físico e mental pode levar a alterações indiretas e positivas na personalidade.

3. Verifica-se emprego de linguagem predominantemente conotativa no segmento:

- a) Todos nós, em algum momento da vida (ou em vários), tivemos a necessidade de classificar a nossa personalidade.
- b) Por conseguinte, é comum para um indivíduo poderoso e carismático ter traços resultantes que incluam confiança e um senso de humor aguçado.
- c) E como a identidade da maioria das pessoas tem uma mentalidade fixa, sua imaginação e vontade de mudar são bastante atrofiadas.
- d) A personalidade é composta por um conjunto de traços psicológicos que definem, em parte ou completamente, o universo de sentimentos e cognições de cada pessoa.
- e) Para se ter um exemplo prático, basta observar que na última década o movimento wellness ampliou o interesse pelo aprimoramento pessoal.

4. A personalidade é composta por um conjunto de traços psicológicos que definem, em parte ou completamente, o universo de sentimentos e cognições de cada pessoa. É por meio dela que comportamentos e hábitos normais são configurados e transmitidos aos outros ou para si próprio.

No contexto em que foi empregada, a palavra destacada tem como sinônimo:

- a) informações;
- b) percepções;
- c) experiências;
- d) cálculos;
- e) emoções.

5. Contudo, embora seja comum que as pessoas pensem que essa característica seja imutável, segundo especialistas na área, ela não apenas pode mudar conforme as vivências de cada um, como é possível conscientemente moldá-la.

Os conectivos destacados expressam:

- a) oposição, modo;
- b) adversidade; comparação;
- c) oposição; exemplo;
- d) conclusão; soma;
- e) adversidade; acréscimo.

6. Todos nós, em algum momento da vida (ou em vários), tivemos a necessidade de classificar a nossa personalidade

Substituindo-se o termo destacado por uma forma pronominal, a redação correta de acordo com a norma culta é:

- a) tivemos-lhe;
- b) tivemo-la;
- c) tivemos-la;
- d) tivemo-lhe;
- e) tivemos-a.

7. Ainda, a ideia de que a personalidade não é permanente tem sido cada vez mais aceita no campo da psicologia, derrubando a antiga suposição de que ela era estática. E indo mais além, ela também pode ser afetada por fatores externos.

Assinale a frase que mostra o mesmo valor que o do segmento destacado.

- a) O diretor ainda não chegou.
- b) Na hora do acidente, ela ainda não chegara.
- c) Ainda agora estávamos todos felizes.
- d) Hoje, a jovem trabalha fora ainda cuida do filho.
- e) Sei, inclusive, que ainda serei aprovado.

8. Considere as frases abaixo e assinale a alternativa em que o emprego da concordância está de acordo com a norma padrão.

- a) A personalidade das pessoas, segundo especialistas, mudam conforme as vivências.
- b) Não era apenas os traços psicológicos que moldavam a identidade, mas também as experiências vividas.
- c) Fazem muitos anos que as pessoas acreditam que a personalidade é imutável.
- d) Havia, nos discursos do pesquisador, várias reflexões sobre identidade e mudanças.
- e) Nenhum dos fatores externos foram considerados irrelevantes no estudo sobre personalidade.

9. *Se você disser que é introvertido, isso é um rótulo.*

A vírgula empregada no trecho acima se justifica pelo mesmo motivo que:

- a) Por conseguinte, é comum para um indivíduo poderoso e carismático ter traços resultantes que incluam confiança e um senso de humor aguçado.
- b) O ponto principal, porém, é perceber que tanto a identidade quanto a personalidade são passíveis de mudanças.
- c) Não é que não possamos mudar, é que não acreditamos que podemos”

d) Para se ter um exemplo prático, basta observar que na última década o movimento wellness ampliou o interesse pelo aprimoramento pessoal.

e) No livro “Personality Isn’t Permanent” (obra ainda sem tradução no Brasil), o psicólogo Benjamin Hardy reforça essa tese.

10. Por conseguinte, é comum para um indivíduo poderoso e carismático ter traços resultantes que incluam confiança e um senso de humor aguçado.

O parágrafo acima, em relação ao anterior, traz ao texto uma relação semântica de:

- a) Causa;
- b) Explicação;
- c) Ressalva;
- d) Finalidade;
- e) Conclusão.

TEXTO II

Tributos e Distribuição de Renda

O Brasil possui uma das piores distribuições de renda e de riqueza do mundo. Os 10% mais ricos do país, que concentravam 55,6% da renda em 2015, ficaram à frente da Índia, com 55,5%, e da África Subsaariana, com 54,4% (WID, 2019). Novas formas de mensuração da concentração de riqueza nos países têm sido adotadas através de dados de declarações de imposto de renda, um método recente que aponta uma concentração maior do que a do fluxo de rendimentos. A concentração entre os 10% mais ricos no Brasil foi de 74,2%, seguido pela China, com 73,2%, e pela África do Sul, com 73,1% (CSWR, 2016).

A alta concentração traz impactos para as famílias brasileiras pertencentes à faixa dos 10% mais pobres, que podem levar até nove gerações para atingir a situação de renda média do país (OECD, 2018b). A estrutura tributária parece contribuir para a desigualdade, uma vez que a tributação indireta (sobre o consumo) é predominante no Brasil. Os brasileiros 10% mais pobres gastam 32% dos seus rendimentos em tributos, sendo que 28% desses são indiretos (sobre o consumo), enquanto os 10% mais ricos gastam 21%, dos quais 11% são por meio de impostos diretos (sobre bens ou renda).

A Teoria da Tributação Ótima entende que a renda não deveria ser tributada por impostos progressivos, ao passo que o capital deveria ser desonerado para atrair e incentivar investimentos. A justificativa é a crença em que, com a redução de impostos, o investimento e o empreendedorismo seriam estimulados. Os mais pobres seriam beneficiados com o aumento da renda dos mais ricos, o que justificaria políticas tributárias em prol do capital.

Entretanto, a observação empírica aponta uma ampliação da concentração de renda e de patrimônio sem os respectivos ganhos esperados em termos de crescimento econômico e investimento produtivo. Dessa forma, a academia está refletindo e construindo uma reavaliação das teorias e das práticas tributárias. Os modelos e os teoremas que se popularizaram, a partir de 1980, têm sido questionados, inclusive, por aqueles que deram sustentação às proposições de menor progressividade tributária.

A instituição de impostos progressivos nunca teve o apoio de estratos de hegemonias políticas e dos setores empresariais. A tributação no país está centrada em impostos indiretos, tendo baixa progressividade sobre a renda, sobre os lucros, sobre os ganhos de capital e sobre o patrimônio. As disputas entre as classes e os grupos sociais revelam-se importantes, indo além do aspecto teórico, na compreensão da distribuição do ônus tributário entre os contribuintes.

(Daniel Sampaio, REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA)

11. A partir das estruturas e ideias apresentados no texto, é correto depreender que:

- a) a maior tributação direta se coaduna com o ideal de uma tributação mais progressiva.
- b) as universidades são as grandes defensoras da tributação dos brasileiros mais ricos.
- c) a aplicação prática das teorias econômicas não valida os modelos tributários propostos pelos acadêmicos.
- d) a tributação no país está centrada em impostos sobre a renda, os lucros, os ganhos de capital e o patrimônio.
- e) as disputas entre as classes e os grupos sociais são inevitáveis, pois ninguém deseja maior carga tributária.

12. De acordo com o texto,

- a) o Brasil é líder no que se refere à distribuição de renda e riquezas no mundo.
- b) a análise de fluxos de renda mostra um nível de desigualdade maior que o previsto.
- c) proposições de menor progressividade tributária foram desacreditadas a partir de 1980.
- d) a Tributação Ótima, em princípio, desoneraria o capital para fomentar a criação de novos negócios.
- e) estratos de hegemonias políticas e dos setores empresariais sempre apoiaram a tributação regressiva.

13. A Teoria da Tributação Ótima entende que a renda não deveria ser tributada por impostos progressivos, ao passo que o capital deveria ser desonerado para atrair e incentivar investimentos. A justificativa é a crença em que, com a redução de impostos, o investimento e o empreendedorismo seriam estimulados. Os mais pobres seriam beneficiados com o aumento da renda dos mais ricos, o que justificaria políticas tributárias em prol do capital.

Sobre os sentidos e aspectos argumentativos do fragmento acima, é incorreto afirmar:

- a) a forma verbal “entende” apresenta de forma neutra uma opinião alheia.
- b) as duas ocorrências de “deveria” expressam valor de hipótese.
- c) o vocábulo “crença” faz presumir que o autor acredita na tese da tributação ótima.
- d) “beneficiaria” indica um fato incerto dependente de determinada condição.
- e) políticas tributárias em prol do capital são a decorrência lógica da Teoria da Tributação Ótima.

14. Assinale a alternativa em que a substituição da forma sublinhada pela contida entre parênteses manteria a correção gramatical.

- a) A concentração entre os 10% mais ricos no Brasil foi de 74,2%. (**foram**)
- b) Novas formas de mensuração da concentração de riqueza nos países têm sido adotadas. (**tem**)
- c) A alta concentração traz impactos para as famílias brasileiras pertencentes à faixa dos 10% mais pobres. (**trazem**)
- d) Os brasileiros 10% mais pobres gastam 32% dos seus rendimentos em tributos, sendo que 28% desses são indiretos ... (**gasta**)
- e) Os 10% mais ricos do país, que concentravam 55,6% da renda em 2015... (**concentrava**)

15. Os parênteses foram empregados especificamente no texto para:

- a) indicar a fonte de informações e o significado de termos técnicos.
- b) introduzir na sentença comentários acessórios do autor do texto.
- c) fazer esclarecimentos sobre informações obscuras na redação.
- d) indicar a citação literal de autoridades especializadas do tema.
- e) registrar adendos do narrador sobre a temática em análise.

16. A estrutura tributária parece contribuir para a desigualdade, uma vez que a tributação indireta (sobre o consumo) é predominante no Brasil.

O conectivo destacado apresenta valor de

- a) tempo;
- b) condição;
- c) causa;
- d) consequência;
- e) finalidade.

17. Assinale a alternativa cuja redação está em desacordo com a norma culta.

- a) A tributação progressiva é um conceito fundamental em economia e finanças públicas. Ela se baseia na ideia de que, à medida que a renda ou a riqueza de um indivíduo aumenta, a proporção dessa renda que ele paga em impostos também deve aumentar.
- b) Isso significa que os mais ricos contribuem com uma parcela maior de sua renda para o sistema tributário em comparação com os mais pobres.
- c) No entanto, a tributação progressiva, mesmo trazendo valores morais aparentemente muito justos e válidos, é muitas vezes objeto de debate e controvérsia acalorados.
- d) Alguns argumentam que ela promove a justiça social, ajudando a reduzir a desigualdade de renda, enquanto outros afirmam que ela desencoraja o investimento e a criação de empregos.
- e) Em última análise, a real eficácia de todos os mecanismos para tributações mais progressivas dependem de uma série de fatores, incluindo a forma como os impostos são estruturados e implementados.

18. Observe o texto a seguir.

A tributação progressiva é uma medida do governo que visa (1) ___ promover uma distribuição mais equitativa da carga tributária, especialmente em relação (2) _____ contribuintes de diferentes faixas de renda. Para alcançar esse objetivo, é importante que o sistema tributário seja bem estruturado, levando em consideração as características econômicas do país. Além disso, a tributação progressiva está relacionada (3) _____ princípio (4) _____ quem possui mais recursos deve contribuir (5) ___ uma proporção maior (6) ___ cofres públicos.

Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas acima.

- a) a - à - ao - de que - para - dos
- b) a - aos - ao - de que - com - para
- c) em - a - ao - que - com - dos
- d) de - aos - ao - de que - com - para
- e) em - aos - ao - que - com - nos

19. Considere o texto a seguir:

___ décadas recentes em que teorias de tributação menos onerosa na renda eram o padrão ouro da economia global. Não ___ nem 40 anos. Ultimamente, parece ser um desejo comum que o governo, por meio de suas variadas políticas públicas, ___ ênfase a uma tributação mais progressiva.

Segundo a norma-padrão de concordância verbal, as lacunas do texto são completadas, correta e respectivamente, por:

- a) Existiu ... há ... dá
- b) Existiram ... tem ... dão
- c) Houve ... faz ... dê
- d) Houveram ... há ... deem
- e) Tem ... fazem ... desse

20. Assinale a alternativa de acordo com a norma culta de emprego e colocação dos pronomes.

- a) Nos parece indiscutível que o governo nunca deve ser favorável à desigualdade tributária.
- b) Todos sentem-se injustiçados quando veem os empresários pagarem menos impostos que as pessoas físicas.
- c) Nenhuma política, liberal ou não, fez se incrementar a sensação de que os pobres pagam menos.
- d) É trivial não importar-se com a tributação a qual se torna mais desvantajosa para outrem.
- e) Ninguém alegra-se em ver suas economias serem dilapidadas por tributos, por nenhuma justificativa.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Eduardo Mocellin

21. Assinale a alternativa que apresenta uma expressão para o cálculo do montante M relativo a uma aplicação de juros compostos de um capital C , durante 21 meses, a uma taxa de juros de 12,5% ao ano.

- a) $M = C \times \frac{12,5}{100} \times \frac{7}{4}$
- b) $M = C \times \sqrt[7]{\left(\frac{12,5}{100}\right)^4}$
- c) $M = C \times \frac{12,5}{100} \times \left(\frac{12,5}{100}\right)^{\frac{3}{4}}$
- d) $M = C \times 1,125 \times (1,125)^{0,75}$
- e) $M = C \times 1,125 \times 0,75$

22. Para saldar integralmente uma dívida com um credor quatro meses antes de seu vencimento, realizando um desconto comercial simples, uma pessoa aplicou R\$ 8.000,00 durante cinco meses à taxa de juros simples de 4% ao mês. Considerando-se que a taxa mensal efetiva do desconto comercial simples foi de 6,25%, a taxa mensal do desconto comercial simples pactuada com o credor foi de:

- a) 4,00%.
- b) 4,25%.
- c) 4,50%.
- d) 4,75%.
- e) 5,00%.

23. A seguir encontra-se uma tabela de fator de valor presente de séries uniformes de pagamento.

n/i	1%	2%	3%	4%	5%	6%	7%
1	0,9901	0,9804	0,9709	0,9615	0,9524	0,9434	0,9346
2	1,9704	1,9416	1,9135	1,8861	1,8594	1,8334	1,8080
3	2,9410	2,8839	2,8286	2,7751	2,7232	2,6730	2,6243
4	3,9020	3,8077	3,7171	3,6299	3,5460	3,4651	3,3872
5	4,8534	4,7135	4,5797	4,4518	4,3295	4,2124	4,1002

Uma pessoa comprou uma moto em 4 prestações mensais, sucessivas e uniformes, no valor de R\$ 2.000,00, com a 1ª prestação a ser paga no ato. Sabendo-se que a taxa de juros é de 3% ao mês, o valor presente da moto é:

- a) R\$ 6.983,11.
- b) R\$ 7.225,42.
- c) R\$ 7.657,23.
- d) R\$ 7.818,85.
- e) R\$ 7.973,68.

24. Um imóvel no valor de R\$ 252.000,00 foi financiado em 200 prestações mensais consecutivas utilizando-se o Sistema de Amortização Francês, a uma taxa de juros de 1% ao mês. Após o pagamento da primeira prestação, o saldo devedor passou a ser de:

Dado: $1,01^{200} \cong 7,3$

- a) R\$249.080,00.
- b) R\$247.200,00.
- c) R\$251.400,00.
- d) R\$249.980,00.
- e) R\$251.600,00.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

25. A diferença dos capitais investidos por Auditência e por Fiscalência em um empreendimento foi igual a R\$ 15.700,00. Transcorrido um mês, ambos dividiram o primeiro lucro em partes diretamente proporcionais aos capitais investidos, sendo R\$ 104,00 a parte do lucro recebida por Fiscalência e R\$ 312,00 a parte do lucro recebida por Auditência. Assim, pode-se concluir corretamente que o capital total por eles investido foi de:

- a) R\$ 31.000,00.
- b) R\$ 32.200,00.
- c) R\$ 31.800,00.
- d) R\$ 32.600,00.
- e) R\$ 31.400,00.

26. Considere a sequência numérica a seguir:

$$2; \frac{8}{3}; 4; 6; \frac{26}{3}; \dots$$

Mantida a lei de formação da sequência, o oitavo termo será:

- a) $\frac{55}{3}$
- b) 20
- c) $\frac{62}{3}$
- d) 26
- e) $\frac{86}{3}$

27. Se Márcio é mecânico, então Jonas é jardineiro. Se Leonardo é lojista, então Jonas não é jardineiro. Se Leonardo não é lojista, então Nicolas é nutricionista. Sabe-se que Nicolas não é nutricionista. A partir dessas informações é possível concluir corretamente que

- a) Leonardo é lojista ou Márcio é mecânico.
- b) Márcio é mecânico ou Jonas é jardineiro.
- c) Jonas é jardineiro e Nicolas não é nutricionista.
- d) Márcio não é mecânico e Leonardo não é lojista.
- e) Jonas não é jardineiro e Leonardo não é lojista.

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

28. Na cidade de Aquidauana, uma amostra aleatória de aquidauanenses de tamanho 100 revelou que 64% dos aquidauanenses acreditam em vida após a morte. Pode-se afirmar que o intervalo de 95% de confiança para a proporção de aquidauanenses que acreditam em vida após a morte é:

- a) $64\% \pm 7,3\%$
- b) $64\% \pm 8,4\%$
- c) $64\% \pm 9,4\%$
- d) $64\% \pm 10,2\%$
- e) $64\% \pm 10,8\%$

29. Corujinha, a poderosa estatística do poderosíssimo Estratégia Concursos, comandou um estudo sobre o percentual da população de Aquidauana que é favorável à apresentação da cantora Monny X na cidade nas festas natalinas.

Corujinha selecionou uma amostra aleatória simples e o resultado mostrou que 50% da amostra era favorável à apresentação de Monny X.

Sabendo que $P(z < -2) = 0,025$ e considerando que a margem de erro foi de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, e que o nível de confiança utilizado foi de 95%, quantas pessoas participaram do estudo?

- a) 1600
- b) 2500
- c) 900
- d) 3600
- e) 400

30. Dois eventos X e Y ocorrem, respectivamente, com 50% e 60% de probabilidade. A probabilidade de que X ocorra ou Y ocorra é 90%. Assim, a probabilidade de que A e B ocorram é igual a

- a) 20% e os eventos não são independentes
- b) 20% e os eventos são independentes
- c) 30% e os eventos são independentes
- d) 30% e os eventos não são independentes
- e) 40% e os eventos não são independentes

ECONOMIA

Celso Natale

31. Considere uma economia hipotética em que a produção de bens é limitada por recursos escassos. Suponha que, ao decidir produzir mais computadores, essa economia precise reduzir a produção de alimentos. Tal situação pode ser representada por:

- a) Um deslocamento para a direita da curva de demanda por alimentos.
- b) Um aumento da oferta agregada, resultando em expansão simultânea de todos os bens.
- c) Um ponto dentro da fronteira de possibilidades de produção, indicando desemprego de recursos.
- d) Um movimento ao longo da fronteira de possibilidades de produção, refletindo o custo de oportunidade.
- e) Um choque positivo de produtividade, que anula a necessidade de escolhas econômicas.

32. Em determinado mercado, um aumento de 1% no preço de um produto provocou uma redução de 2% na quantidade demandada. Com base nessas informações, é correto afirmar que a demanda por esse produto é:

- a) Perfeitamente inelástica.
- b) Inelástica.
- c) Elástica.
- d) Unitária.
- e) Perfeitamente elástica.

33. Um monopolista enfrenta a seguinte função de demanda:

$$Q = 100 - 2P$$

Seu custo total é dado por:

$$CT = 20Q$$

Sabendo que a receita total é igual ao preço vezes a quantidade, qual o preço que maximiza o lucro desse monopolista?

- a) 25 reais.
- b) 30 reais.
- c) 35 reais.
- d) 40 reais.
- e) 45 reais.

34. Considerando os tipos de impostos e os fundamentos teóricos da tributação, assinale a alternativa correta.

- a) a introdução de um imposto sobre vendas de mercadorias faz com que o ônus tributário seja totalmente transferido para os consumidores, independente da elasticidade-preço da demanda.
- b) no Brasil, a baixa contribuição de tributos sobre renda e patrimônio, combinada com uma alta participação de tributos sobre bens e serviços na carga tributária total de um país, tende a resultar em um sistema tributário altamente regressivo, colocando um ônus maior na parcela da população com menor renda.

c) o imposto de renda regressivo funciona como uma ferramenta automática de estabilização e equidade fiscal.

d) o princípio da progressividade pressupõe que o sistema tributário não deve provocar distorções na alocação dos recursos e nem prejudicar a eficiência econômica.

e) o sistema tributário proporcional é caracterizado por aplicar uma alíquota crescente, diretamente proporcional à renda.

35. Os dados abaixo, em unidades monetárias, são referentes às Contas Nacionais de determinado país:

Produto Interno Bruto a preços de mercado: 15.000

Importação de Bens e Serviços: 500

Consumo Final: 10.000

Consumo Intermediário: 1.500

Formação Bruta de Capital Fixo: 2.000

Variação de Estoques: 1.000

Dessa forma, o valor da exportação de bens e serviços possui valor igual a:

- a) 1.500.
- b) 2.000.
- c) 2.500.
- d) 3.000.
- e) 3.500.

36. Com o objetivo de reduzir a desigualdade na distribuição de renda, o Estado pode empregar diversas estratégias. Uma delas é a implementação de transferências de renda diretas ou indiretas para as classes menos privilegiadas, por meio de um sistema de tributação progressiva. Adicionalmente, a adoção de políticas macroeconômicas também pode ser utilizada, buscando alcançar o pleno emprego e controlar a inflação.

Com base no trecho acima, o Estado estaria desempenhando, respectivamente, as funções

- a) distributiva e alocativa.
- b) distributiva e estabilizadora.
- c) alocativa e estabilizadora.
- d) alocativa e distributiva.
- e) estabilizadora e distributiva.

37. Em relação à política fiscal, assinale a alternativa correta.

- a) A Política Fiscal busca combater a inflação através do controle da taxa básica de juros.
- b) Para contrair o nível de atividade econômica, o governo deve reduzir a tributação.
- c) A inflação de demanda deve ser controlada por meio da expansão nos gastos do governo.
- d) No curto prazo, a política fiscal expansionista via gastos públicos incentiva o crescimento econômico.
- e) Em um contexto de pressão inflacionária, a adoção de uma política fiscal exige a elevação dos gastos públicos.

38. A tributação é um dos pilares da política fiscal, sendo usada tanto para custear as despesas públicas quanto para influenciar o comportamento econômico. A Curva de Laffer ilustra a ideia de que existe um ponto de alíquota em que a arrecadação do governo é máxima, e que aumentos excessivos na carga tributária podem provocar efeitos contrários ao esperado.

Com base nessa teoria e nos princípios da tributação, assinale a alternativa correta:

- a) A Curva de Laffer demonstra que aumentos nas alíquotas de impostos sempre resultam em aumentos proporcionais de arrecadação.
- b) De acordo com os princípios da tributação, um sistema tributário eficiente deve priorizar sempre a equidade, mesmo que comprometa a arrecadação total.
- c) A Curva de Laffer indica que a arrecadação é máxima quando a alíquota de impostos atinge 100%, capturando todo o excedente econômico da sociedade.
- d) A função distributiva da tributação se cumpre por meio de impostos regressivos e programas de transferência de renda, visando reduzir desigualdades.
- e) Se a alíquota de impostos for muito alta, a arrecadação pode cair, pois os agentes econômicos tendem a reduzir sua atividade produtiva e buscar formas de evasão fiscal.

39. Acerca da Teoria da Tributação, analise as afirmativas abaixo.

- I. Esse princípio propõe que os impostos devem ser cobrados de acordo com a capacidade econômica dos indivíduos.
- II. Esse princípio busca minimizar o impacto dos impostos nas decisões econômicas dos contribuintes.
- III. Esse princípio defende que a taxa de imposto deve ser proporcional à base tributável, ou seja, à quantidade de renda ou riqueza.

Os itens I, II e III possuem, respectivamente, características inerentes à:

- a) capacidade contributiva, neutralidade e proporcionalidade.
- b) capacidade contributiva, regressividade e progressividade.
- c) equidade, neutralidade e proporcionalidade.
- d) capacidade contributiva, regressividade e equidade.
- e) verticalidade, equidade regressiva e equidade progressiva.

40. Considerando as características e o enquadramento regulatório das criptomoedas no Brasil, assinale a alternativa correta.

- a) As criptomoedas são consideradas moedas de curso forçado, devendo ser aceitas como meio de pagamento em todo o território nacional.
- b) O Banco Central do Brasil é o responsável por regular, autorizar e supervisionar as prestadoras de serviços de ativos virtuais.
- c) A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) atua na regulação da prestação de serviços de ativos virtuais.
- d) A Lei nº 14.478/2022 estabeleceu que as criptomoedas devem ser lastreadas em ativos reais ou em moedas fiduciárias para operar no Brasil.
- e) As exchanges de criptoativos no Brasil são autorizadas a operar como instituições financeiras, sob supervisão do Banco Central do Brasil.

FINANÇAS PÚBLICAS

Luciana Marinho

41. Considerando os conceitos de déficit público e dívida pública no Brasil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O déficit público ocorre apenas quando o governo federal realiza gastos com programas sociais acima do limite permitido pela Constituição.
- b) A dívida pública interna é sempre mais prejudicial à economia nacional do que a dívida pública externa, por representar maior carga de juros.
- c) A diminuição do déficit público necessariamente indica redução da dívida pública total do país.
- d) O déficit primário considera apenas receitas e despesas antes do pagamento dos juros da dívida pública.
- e) A dívida pública brasileira é composta exclusivamente por compromissos assumidos com organismos internacionais como o FMI.

42. Sobre os instrumentos da política fiscal e seus impactos na economia brasileira, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A política fiscal é composta exclusivamente pela arrecadação de tributos e não tem relação com os gastos públicos.
- b) O aumento do gasto público, em momentos de recessão, pode ser utilizado como instrumento de estímulo econômico.
- c) A política fiscal contracionista busca acelerar o crescimento econômico por meio da expansão dos investimentos públicos.
- d) A redução da carga tributária é uma medida exclusivamente utilizada para aumentar a arrecadação do governo.
- e) Os instrumentos da política fiscal não possuem impacto direto sobre o nível de emprego e renda no país.

43. Sobre as funções alocativa, distributiva e estabilizadora do Estado segundo os princípios da economia do setor público, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A função alocativa do Estado está relacionada exclusivamente à arrecadação tributária, visando equilibrar o orçamento fiscal.
- b) A função distributiva tem como objetivo principal garantir o equilíbrio orçamentário e a estabilidade monetária.
- c) A função estabilizadora busca corrigir falhas de mercado por meio da regulação dos preços de bens essenciais.
- d) A função alocativa está relacionada à provisão de bens e serviços públicos, especialmente em setores onde o mercado não atua de forma eficiente.
- e) A função distributiva está diretamente associada à emissão de moeda e ao controle da taxa de juros pelo Banco Central.

44. A respeito do Federalismo Fiscal no Brasil, e da distribuição de receitas e encargos entre os entes da Federação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Constituição Federal estabelece que apenas o governo federal pode instituir tributos e arrecadar receitas, cabendo aos estados e municípios apenas a execução de despesas.
- b) O Pacto Federativo determina a autonomia financeira dos entes subnacionais, incluindo a capacidade de legislar sobre tributos e gerir seus orçamentos.
- c) Os municípios brasileiros não possuem competência tributária própria, sendo dependentes exclusivamente de transferências da União.
- d) O Federalismo Fiscal busca a centralização dos recursos na União, com redistribuição posterior conforme critérios demográficos.
- e) O Sistema Tributário Nacional proíbe qualquer forma de transferência intergovernamental entre União, estados e municípios.

45. De acordo com o Art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000, que define os critérios para transferência voluntária de recursos entre entes da Federação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A transferência voluntária é obrigatória sempre que houver interesse do ente receptor em ampliar programas sociais.
- b) Transferências destinadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) são consideradas transferências voluntárias e seguem as exigências do Art. 25.
- c) É considerada transferência voluntária a entrega de recursos decorrentes de determinação legal ou constitucional.
- d) Transferência voluntária é a entrega de recursos correntes ou de capital entre entes federativos a título de cooperação, auxílio ou assistência, desde que não decorra de obrigação legal ou constitucional.
- e) Todos os repasses da União aos estados e municípios são classificados como transferências voluntárias, independentemente de sua origem.

46. Uma das funções do governo é essencial para mitigar as desigualdades inerentes ao sistema de mercado. O governo atua favorecendo as camadas mais carentes da população, em detrimento das mais ricas. Trata-se da função:

- a) alocativa.
- b) social.
- c) equitativa.
- d) distributiva.
- e) estabilizadora.

- 47.** A Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000 – impõe, em seu artigo 22, uma série de medidas restritivas para os Poderes e órgãos que ultrapassarem o chamado “limite prudencial”, correspondente a 95% dos limites máximos de despesas de pessoal, constantes dos artigos 19 e 20 do mesmo diploma, calculados em percentuais da receita corrente líquida dos respectivos entes políticos. Dessa forma, são vedados ao Poder ou Órgão incorrido no excesso, exceto:
- a) Revisão geral anual da remuneração e do subsídio dos agentes públicos.
 - b) Criação de cargo ou emprego.
 - c) Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa.
 - d) Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança.
 - e) Criação de função.
- 48.** De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), qual dos seguintes requisitos deve ser cumprido para a criação ou aumento de despesa obrigatória de caráter continuado?
- a) Apresentar estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.
 - b) Demonstrar que a despesa será financiada por receitas de operações de crédito.
 - c) Comprovar que a despesa será custeada por receitas extraordinárias.
 - d) Garantir que a despesa não ultrapasse 10% da Receita Corrente Líquida (RCL).
 - e) Aprovar a despesa em consulta pública com a participação direta da sociedade.
- 49.** Sobre os conceitos de dívida fluante e dívida fundada no âmbito das finanças públicas brasileiras, assinale a alternativa correta:
- a) A dívida fluante é composta por compromissos de longo prazo, como operações de crédito contratadas para investimentos em infraestrutura.
 - b) A dívida fundada inclui compromissos de curto prazo, como restos a pagar e despesas de exercícios anteriores.
 - c) A dívida fundada é constituída por empréstimos e financiamentos de longo prazo e por operações de crédito, enquanto a dívida fluante é composta por passivos de curto prazo, como restos a pagar.
 - d) A dívida fluante inclui contratos de empréstimo de longo prazo e financiamentos externos.
 - e) A dívida fundada e a dívida fluante são categorias exclusivas do setor privado, não sendo utilizadas para o setor público.
- 50.** A Lei de Responsabilidade Fiscal reforça o princípio da transparência em seu artigo 48. Nesse contexto, são instrumentos de transparência da gestão fiscal municipal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:
- a) o parecer do relator.
 - b) o relatório de gestão orçamentária e gestão financeira.
 - c) o relatório parcial de gestão fiscal.
 - d) os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias.
 - e) as versões detalhadas dos documentos contábeis e demonstrativos financeiros.

DIREITO CIVIL*Mário Godoy*

51. Com relação à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) A lei do país da nacionalidade da pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
- b) Tendo os nubentes domicílio diverso, rege os casos de invalidade do matrimônio a lei do país em que o casamento for celebrado.
- c) A obrigação resultante de contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o destinatário.
- d) A lei do domicílio do *de cuius* regula a capacidade para suceder.
- e) Quando se houver de aplicar a lei estrangeira, ter-se-á em vista a disposição desta, sem considerar-se qualquer remissão por ela feita a outra lei.

52. Com relação às pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta.

- a) São pessoas jurídicas de direito privado os empreendimentos de economia solidária.
- b) As disposições concernentes às sociedades aplicam-se subsidiariamente às associações.
- c) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a conclusão do ato constitutivo e o início efetivo de suas atividades.
- d) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de voto dos administradores, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.
- e) Prescreve em 3 anos o direito de anular as decisões tomadas pela administração coletiva das pessoas jurídicas, quando violarem a lei ou o estatuto, ou forem eivadas de erro, dolo, simulação ou fraude.

53. Com relação aos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- a) O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.
- b) Se ambas as partes procederem com dolo, qualquer delas pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- c) No apreciar a coação, ter-se-ão em conta o sexo, a idade, a condição, a saúde, o temperamento do homem médio.
- d) Configura-se a lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se de grave dano, conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- e) Em sede de fraude contra credores, não se presumem fraudulentárias dos direitos dos outros credores as garantias de dívidas que o devedor insolvente tiver dado a algum credor.

54. Com relação ao adimplemento e extinção das obrigações, assinale a alternativa correta.

- a) O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, salvo se provado depois que não era credor.
- b) Não é lícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.
- c) A quitação, que sempre poderá ser dada por instrumento particular, designará o valor e a espécie da dívida quitada, o nome do devedor, ou quem por este pagou, o tempo e o lugar do pagamento, com a assinatura do credor, ou do seu representante.
- d) Sendo a quitação do capital sem reserva de juros, estes não se presumem pagos.
- e) Efetuar-se-á o pagamento no domicílio do credor, salvo se as partes convencionarem diversamente.

55. Com relação à fiança, assinale a alternativa correta.

- a) A fiança não se pode estipular sem o consentimento do devedor, ou contra a sua vontade.
- b) O fiador demandado pelo pagamento da dívida tem direito a exigir, até a contestação da lide, que primeiro sejam executados os bens do devedor.
- c) A fiança conjuntamente prestada a um só débito por mais de uma pessoa importa a divisão de responsabilidade entre elas.
- d) O fiador poderá exonerar-se da fiança que tiver assinado sem limitação de tempo, sempre que lhe convier, ficando obrigado por todos os efeitos da fiança durante 60 dias após a notificação do devedor.
- e) A obrigação do fiador não passa aos herdeiros.

56. Direito real pelo qual o proprietário pode conceder a outrem o direito de construir ou de plantar em seu terreno, por tempo determinado, mediante escritura pública devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis.

Tal enunciado refere-se ao direito real de:

- a) Servidão.
- b) Anticrese.
- c) Superfície.
- d) Laje.
- e) Concessão de uso especial.

57. Com relação à sucessão legítima, assinale a alternativa correta.

- a) Cônjuge viúvo concorre à herança com os descendentes do falecido em relação aos bens comuns, se o casamento era pelo regime da comunhão universal de bens.
- b) Cônjuge viúvo concorre à herança com os descendentes do falecido em relação aos bens comuns, se o casamento era pelo regime da comunhão parcial de bens.

c) Cônjuge viúvo não concorre à herança com os descendentes do falecido em relação aos bens particulares, se o casamento era pelo regime da separação convencional de bens.

d) Cônjuge viúvo não concorre à herança com os descendentes do falecido em relação aos bens particulares, se o casamento era pelo regime da participação final dos aquestos.

e) Ao cônjuge sobrevivente, no regime da separação obrigatória de bens, será assegurado o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, desde que seja o único daquela natureza a inventariar.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

58. Sobre o exercício da atividade empresarial por um incapaz:

- a) Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.
- b) Para o incapaz continuar o exercício da empresa não precisa de autorização judicial, desde que sejam ouvidos os pais, tutores ou representantes legais do menor ou do interdito, sem prejuízo dos direitos adquiridos por terceiros.
- c) Na continuidade do exercício da empresa pelo incapaz, ficam sujeitos ao resultado da empresa os bens que o incapaz já possuía, ao tempo da sucessão ou da interdição.
- d) A prova da emancipação e continuidade do incapaz e a de eventual revogação desta continuidade, serão inscritas ou averbadas no Registro Público de Empresas Mercantis.
- e) Se o representante ou assistente do incapaz for pessoa que, por disposição de lei, não puder exercer atividade de empresário, o juiz nomeará um ou mais gerentes.

- 59.** Um dos institutos complementares previstos no Código Civil é o Registro. Sobre esse tema, marque a opção de acordo com a lei:
- a) Cumpre à autoridade competente, antes de efetivar o registro, verificar a autenticidade e a legitimidade do signatário do requerimento, bem como fiscalizar a observância das prescrições legais concernentes ao ato ou aos documentos apresentados; a respeito das irregularidades encontradas deve ser notificado o requerente do indeferimento do pedido.
 - b) O registro dos atos sujeitos à formalidade exigida na lei será requerido pela pessoa obrigada em lei, e, no caso de omissão ou demora, perde-se o direito a tal ato, de forma que deve ser feito um novo documento.
 - c) O anúncio de convocação da assembleia de sócios será publicado por três vezes, ao menos, devendo mediar, entre a data da primeira inserção e a da realização da assembleia, o prazo mínimo de dez dias, para a primeira convocação, e de cinco dias, para as posteriores.
 - d) O empresário e a sociedade empresária vinculam-se ao Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, e a sociedade simples ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o qual deverá obedecer às normas fixadas para aquele registro, se a sociedade simples adotar um dos tipos de sociedade empresária.
 - e) O ato sujeito a registro, ressalvadas disposições especiais da lei, pode, mesmo antes do cumprimento das respectivas formalidades, ser oposto a terceiro, salvo prova de que este o conhecia.
- 60.** A respeito do capital social de uma sociedade limitada, marque a opção correta:
- a) Ressalvado o disposto em lei especial, integralizadas as quotas, não pode ser o capital aumentado, ainda que seja feita a modificação do contrato.
 - b) Até trinta dias após a deliberação, terão os sócios preferência para participar do aumento, na proporção das quotas de que sejam titulares.
 - c) Pode a sociedade reduzir o capital, mediante a correspondente modificação do contrato, mesmo antes de integralizado, se houver perdas irreparáveis ou se excessivo em relação ao objeto da sociedade.
 - d) No caso de perdas irreparáveis, a redução do capital será realizada com a diminuição proporcional do valor nominal das quotas, tornando-se efetiva a partir da alteração do contrato assinado pelos interessados.
 - e) No caso de capital social excessivo, a redução do capital será feita restituindo-se parte do valor das quotas aos sócios, porém as prestações ainda devidas devem ser integralizadas antes.
- 61.** O plano especial de recuperação judicial aplicável às microempresas e empresas de pequeno porte, será apresentado no prazo de sessenta dias, limitar-se á às seguintes condições, exceto:
- a) abrangerá todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, excetuados os decorrentes de repasse de recursos oficiais, os fiscais e outros previstos na lei.
 - b) preverá parcelamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros equivalentes à taxa Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, podendo conter ainda a proposta de abatimento do valor das dívidas.
 - c) preverá o pagamento da 1ª (primeira) parcela no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da distribuição do pedido de recuperação judicial.
 - d) estabelecerá a necessidade de autorização do juiz, após ouvido o administrador judicial e o Comitê de Credores, para o devedor aumentar despesas ou contratar empregados.
 - e) O pedido de recuperação judicial com base em plano especial acarreta a suspensão do curso da prescrição e das ações e execuções, mesmo que seja de créditos não abrangidos pelo plano.

62. A respeito da desconsideração da personalidade jurídica:

- a) Desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.
- b) Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, ainda que de valor insignificante.
- c) A lei não prevê expressamente a possibilidade da desconsideração inversa, já que decorre de um posicionamento jurisprudencial.
- d) A existência de grupo econômico autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.
- e) Constitui desvio de finalidade a expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

63. A operação que determina a extinção das sociedades que se unem, para formar sociedade nova, que a elas sucederá nos direitos e obrigações, é decidida, na forma estabelecida para os respectivos tipos, pelas sociedades que pretendam unir-se. Na constituição da nova sociedade, aos administradores incumbe fazer inscrever, no registro próprio da sede, os atos relativos à operação. O caso descrito refere-se à operação societária chamada de:

- a) incorporação.
- b) cisão.
- c) fusão.
- d) liquidação.
- e) transformação.

64. Sobre as sociedades em geral:

- a) Quando, por lei ou pelo contrato social, competir aos sócios decidir sobre os negócios da sociedade, as deliberações serão tomadas por maioria de

votos, contados segundo o valor dos presentes à assembleia.

- b) A administração da sociedade, nada dispondo o contrato social, compete a todos os sócios em conjunto.
- c) Responde por perdas e danos o sócio que, tendo em alguma operação interesse contrário ao da sociedade, participar da deliberação que a aprove graças a seu voto.
- d) O administrador da sociedade deverá ter, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência, a boa-fé e os bons costumes que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios, ainda que contrário à lei.
- e) O administrador, nomeado por instrumento em separado, deve averbá-lo à margem da inscrição da sociedade, e, pelos atos que praticar, responde pessoal e solidariamente com a sociedade, independentemente do momento.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

65. Acerca da aplicação da lei penal no tempo, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

- a) A norma penal superveniente que, de qualquer forma, seja mais favorável ao réu, aplica-se aos fatos ocorridos depois de sua vigência, exceto se já houver sentença condenatória definitiva.
- b) As leis de caráter temporário ou excepcional não se aplicam aos atos cometidos durante seu período de vigência, uma vez cessadas suas condições de aplicação.
- c) O Código Penal e a doutrina majoritária brasileira adotam, para definir o tempo do crime, a teoria do resultado.
- d) A revogação de um tipo penal (abolitio criminis) atinge inclusive os inquéritos policiais em curso, e não se limita à fase judicial do processo penal.
- e) Nos crimes continuados, deve prevalecer a aplicação da lei penal mais favorável, ainda que entre os atos praticados surja norma mais severa antes da cessação da continuidade delitiva.

66. Segundo o Código Penal, o crime consumado ocorre quando:

- a) reúne todos os elementos subjetivos.
- b) identificar os elementos objetivos após o crime.
- c) não reúne os elementos de sua definição legal.
- d) reúne todos os elementos de sua definição legal.
- e) reunidos os personagens do autor, da testemunha e da vítima.

67. Com base na teoria do erro no Direito Penal, assinale a alternativa correta:

- a) O erro de tipo impede qualquer forma de punição, inclusive a título de culpa.
- b) Quando há erro sobre a identidade da vítima, o agente não se exime da pena, sendo levadas em conta as condições da pessoa efetivamente atingida.
- c) Entre os tipos de erro acidental estão: erro sobre a identidade da vítima, falha na execução, erro de tipificação, induzimento ao erro por terceiro e erro de proibição.
- d) No caso de falha na execução, o agente reconhece corretamente o alvo, mas comete um erro técnico durante a realização do crime.
- e) A hipótese de *aberratio criminis* caracteriza-se quando o agente, por erro, atinge outro sujeito, mas o mesmo bem jurídico é violado, como por exemplo, a vida.

68. Com relação às regras sobre ação penal previstas no Código Penal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Nos casos de ação penal pública, se o Ministério Público não apresentar a denúncia no prazo legal, a ação poderá ser proposta pela vítima por meio de queixa-crime.
- b) Depois que a denúncia for oferecida, a manifestação de vontade da vítima, nos casos de representação, torna-se irretratável.
- c) O direito de oferecer queixa ou representação extingue-se se o ofendido não o exercer no prazo de seis meses, contados da data em que identificar o autor do delito, em qualquer hipótese.
- d) No falecimento da vítima ou se ela for declarada ausente judicialmente, a legitimidade para propor a queixa ou dar continuidade ao processo passa para o cônjuge, ascendentes, descendentes ou irmãos.
- e) O perdão do ofendido, nos crimes em que somente se procede mediante queixa, obsta ao prosseguimento da ação.

69. Lucas, que não exerce função pública, exigiu de Rafael a quantia de R\$10.000,00, alegando que poderia interceder junto a Bruno, Auditor Fiscal de Tributos de um determinado município, no exercício de suas atribuições. No entanto, Lucas não conhece Bruno e não possui qualquer poder de influência sobre seus atos. Bruno, por sua vez, desconhece completamente a atuação de Lucas, cujo único objetivo era obter vantagem financeira por meio de falsa promessa. Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que Lucas cometeu o crime de:

- a) exploração de prestígio.
- b) estelionato.
- c) corrupção ativa.
- d) tráfico de influência.
- e) corrupção passiva.

70. Carlos, servidor público, deliberadamente atrasou a realização de um ato de ofício com a intenção de beneficiar seu amigo, Felipe. Ressalte-se que Carlos não recebeu qualquer tipo de vantagem indevida pela conduta. Considerando a situação apresentada e as disposições previstas no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) Carlos cometeu o crime de corrupção passiva privilegiada.
- b) Carlos cometeu o crime de prevaricação.
- c) Carlos cometeu o crime de advocacia administrativa.
- d) Carlos cometeu o crime de peculato.
- e) Carlos não cometeu crime.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

71. Em determinada situação, um servidor público municipal aplicou multa administrativa a um comerciante por funcionamento em horário não autorizado, fundamentando-se em uma denúncia com evidências anexadas e norma municipal que proibia a atividade naquele horário. Com base nos elementos essenciais do ato administrativo, é correto afirmar que o “motivo” do ato, nesse caso, está relacionado:

- a) à sanção imposta ao comerciante, como resultado jurídico do ato.
- b) ao interesse público que motivou a edição da norma que restringe o horário.
- c) à atribuição do servidor para aplicar a penalidade administrativa.
- d) aos fatos narrados na denúncia e à norma que embasa a penalidade.
- e) ao formato escrito utilizado para formalizar a multa aplicada.

72. Com base na estrutura da Administração Pública brasileira, assinale a alternativa correta:

- a) A administração direta é composta por pessoas jurídicas autônomas, como autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- b) A descentralização ocorre quando a execução de determinada atividade é transferida de um órgão da mesma pessoa jurídica para outro, preservando a hierarquia.
- c) As autarquias são criadas por autorização legal, possuem personalidade jurídica de direito privado e exercem atividades econômicas em nome do Estado.
- d) A sociedade de economia mista é pessoa jurídica de direito privado, criada por autorização legal, com participação do Estado e de particulares, sujeita a um regime jurídico híbrido.
- e) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, independentemente da atividade exercida, estão submetidas exclusivamente ao regime jurídico de direito público.

73. À luz da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa que constitui hipótese de licitação dispensável:

- a) Contratação de empresa especializada para elaborar projeto executivo de engenharia, com profissional de notória especialização.
- b) Aquisição de imóvel com características singulares para instalação de órgão público em região central.
- c) Contratação de profissional técnico de notória especialização para compor comissão de avaliação técnica em licitação com critério de julgamento por técnica e preço.
- d) Contratação de empresa para elaborar parecer jurídico sobre viabilidade de concessão administrativa.
- e) Credenciamento de clínicas para realização de exames médicos periódicos em servidores públicos.

74. A Administração Pública estadual firmou contrato administrativo para fornecimento contínuo de materiais de limpeza a unidades escolares da rede pública. Durante a execução contratual, foi publicada uma lei federal que majorou a tributação sobre insumos essenciais ao fornecimento, como produtos químicos e embalagens. A empresa contratada, alegando impacto significativo em seus custos operacionais, solicitou o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, essa situação configura:

- a) Risco ordinário do contrato, pois variações de carga tributária sobre insumos devem ser previstas pela empresa na formulação da proposta.
- b) Caso fortuito, por se tratar de um evento externo imprevisível e inevitável, sem relação com a Administração.
- c) Fato do príncipe, por se tratar de ato normativo geral do Poder Público que afetou os encargos contratuais, autorizando a recomposição do equilíbrio.
- d) Fato da Administração, pois a Administração Pública responde objetivamente por qualquer evento superveniente que eleve o custo contratual.
- e) Cláusula exorbitante, que permite à Administração modificar unilateralmente as condições do contrato, sem direito à compensação financeira.

75. Com base na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), analise os itens a seguir:

- I. A configuração de ato de improbidade administrativa que cause prejuízo ao erário exige a presença de dolo ou, pelo menos, culpa grave do agente.
- II. Os sucessores do agente público que enriqueceu ilicitamente poderão ser responsabilizados, mas somente até o limite do valor da herança recebida.
- III. As ações para aplicação das sanções previstas na LIA prescrevem em 8 anos, contados da data do fato, salvo se a infração for permanente, hipótese em que o prazo se conta da cessação da permanência.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Apenas os itens I e III estão corretos.

76. Após o encerramento das fases de julgamento e habilitação, e uma vez esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente. Nessa etapa, **não é permitido** à autoridade:

- a) revogar a licitação, desde que por razões de conveniência e oportunidade devidamente motivadas.
- b) anular a licitação, de ofício, ao constatar ilegalidade insanável no procedimento.
- c) adjudicar o objeto ao vencedor e homologar a licitação.
- d) alterar o edital para modificar critérios de julgamento das propostas.
- e) determinar o retorno dos autos para o saneamento de falhas que não comprometam a isonomia ou a legalidade do certame.

77. A respeito dos poderes administrativos conferidos à Administração Pública para o desempenho de suas funções, assinale a alternativa correta:

- a) O poder regulamentar permite à Administração revogar decisões judiciais que contrariem o interesse público.
- b) O poder hierárquico autoriza a Administração a impor sanções a particulares em razão do descumprimento de normas administrativas.
- c) O poder de polícia permite à Administração editar atos normativos autônomos para criar obrigações independentemente de lei.
- d) O poder disciplinar é exercido sobre servidores públicos e demais pessoas com vínculo jurídico com a Administração.
- e) O poder discricionário isenta o agente público de fundamentar seus atos, desde que estejam dentro da legalidade.

78. Com base no art. 41 da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) A estabilidade é adquirida automaticamente após o ingresso por concurso público de provas ou de provas e títulos.
- b) A única hipótese de demissão do servidor estável é através de decisão judicial transitada em julgado.
- c) A reintegração do servidor estável, no caso de demissão invalidada por decisão judicial, poderá implicar a recondução do ocupante atual do cargo, se estável, sem direito a indenização.
- d) A perda do cargo por avaliação periódica de desempenho não exige que se assegure ampla defesa ao servidor, vez que as evidências da improdutividade devem ser objetivamente aferíveis.
- e) O servidor nomeado para cargo em comissão adquire estabilidade após três anos de efetivo exercício.

79. Com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assinale a alternativa correta:

- a) Dado pessoal sensível é qualquer informação relacionada à pessoa titular.
- b) Dados pessoais sensíveis devem ser anonimizados, mas dados pessoais são, por definição, sempre públicos.
- c) Dado pessoal refere-se a qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável, enquanto dado pessoal sensível inclui informações que revelam aspectos íntimos, como convicções religiosas, estado de saúde ou origem racial.
- d) A LGPD não faz distinção entre dado pessoal e dado pessoal sensível, tratando ambos de forma idêntica.
- e) O operador é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

80. A Prefeitura de um município deseja contratar obra de pavimentação asfáltica no valor estimado de R\$ 1.400.000,00. O projeto básico já foi elaborado. Segundo a Lei nº 14.133/2021, qual a modalidade de licitação mais adequada?

- a) Concorrência
- b) Pregão
- c) Concurso
- d) Leilão
- e) Diálogo competitivo

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA*Rafael Henze*

81. O lançamento do IPTU em Florianópolis ocorre, em regra, considerando a situação do imóvel em 31 de dezembro do ano anterior. Como é realizado o lançamento para uma unidade imobiliária que foi construída ou alterada durante o ano em curso do exercício financeiro?

- a) O lançamento é feito integralmente, como se a construção ou alteração existisse desde o início do ano.
- b) O lançamento do valor do imposto será proporcional ao número de meses que faltar para completar o exercício financeiro, a partir da data da conclusão da obra.
- c) O lançamento é postergado para o exercício seguinte, quando será cobrado o valor integral.
- d) O lançamento é feito pela metade do valor anual, independentemente da data da conclusão da obra.
- e) O lançamento do valor do imposto será proporcional ao número de meses já transcorridos no exercício financeiro até a data da conclusão da obra.

82. A legislação de Florianópolis autoriza a concessão de um desconto adicional no IPTU para imóveis que se enquadrem na categoria de uso sustentável. Para obter a qualificação de "imóvel de uso sustentável", quantos dos requisitos listados na regulamentação o imóvel deve atender, no mínimo?

- a) Pelo menos um dos requisitos.
- b) Pelo menos três dos requisitos.
- c) Pelo menos cinco dos requisitos.
- d) Todos os requisitos listados.
- e) O desconto de 5% é concedido automaticamente a todos os imóveis com certificação ambiental.

83. O Código Tributário Municipal de Florianópolis elenca diversas operações que configuram fato gerador do ITBI. Em qual das seguintes situações específicas, relacionadas à dissolução da sociedade conjugal, ocorre a incidência do imposto?

- a) Na divisão igualitária de um único imóvel entre os cônjuges.
- b) Na doação da meação de um cônjuge ao outro, referente a um bem imóvel.
- c) Na partilha de bens relativa ao regime de comunhão adotado.
- d) No excesso de meação na dissolução da sociedade conjugal, quando um cônjuge recebe uma quota-parte material de um imóvel superior à sua quota ideal, mediante compensação onerosa.
- e) Na simples partilha de bens imóveis, independentemente de haver excesso de meação.

84. A legislação do ITBI de Florianópolis prevê a não incidência do imposto na desincorporação de bens ou direitos anteriormente transmitidos ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital. Qual é a condição essencial para que essa não incidência seja aplicável?

- a) Que a pessoa jurídica esteja em processo de falência ou liquidação judicial.
- b) Que os bens ou direitos revertam aos primitivos alienantes.
- c) Que a desincorporação ocorra no prazo máximo de 24 meses após a incorporação.
- d) Que o valor dos bens desincorporados não exceda o valor do capital social integralizado.
- e) Que a pessoa jurídica adquirente não tenha tido lucro operacional no período.

85. O Código Tributário Municipal de Florianópolis estabelece reduções na base de cálculo do ITBI para certas transmissões de direitos reais. No caso da transmissão da nua-propriedade de um imóvel, como é calculada a base de cálculo do imposto?

- a) A base de cálculo é reduzida em um terço do valor venal do imóvel.
- b) A base de cálculo corresponde ao valor integral do valor venal do imóvel.
- c) A base de cálculo é reduzida em dois terços do valor venal do imóvel.
- d) A base de cálculo é fixada em 50% do valor venal do imóvel.
- e) A transmissão da nua-propriedade é isenta de ITBI.

86. O ITBI em Florianópolis é lançado por homologação, onde o sujeito passivo antecipa o pagamento buscando extinguir o crédito tributário. O que ocorre se, após a transmissão efetiva e o pagamento antecipado, a Administração Tributária não se manifestar sobre o pagamento realizado dentro de um determinado prazo?

- a) O contribuinte deve solicitar formalmente a homologação, caso contrário o crédito não se extingue.
- b) O crédito tributário é automaticamente considerado não homologado, e o contribuinte pode ser cobrado por eventuais diferenças a qualquer tempo.
- c) O crédito tributário considera-se extinto por homologação tácita, caso passem cinco anos da transmissão efetiva (fato gerador).
- d) A Fazenda Municipal tem o prazo de dez anos para homologar o pagamento, sob pena de decadência do direito de lançar diferenças.
- e) O pagamento é considerado provisório, e a homologação só ocorre após auditoria fiscal específica em todos os casos.

87. A sociedade "Floripa Contadores Associados S/S", enquadrada como sociedade simples e composta por três contadores habilitados, iniciou suas atividades em 15 de outubro de um determinado exercício financeiro. Conforme o Decreto nº 2.134/2003, que regulamenta o ISS em Florianópolis, essa sociedade está sujeita ao recolhimento do imposto na modalidade fixa anual, calculado por profissional.

Considerando o início das atividades no decorrer do ano, como deverá ser realizado o cálculo do ISS Fixo devido por esta sociedade no referido exercício?

- a) O valor anual do imposto, multiplicado pelo número de sócios, será cobrado integralmente, pois o fato gerador do ISS Fixo é anual e indivisível.
- b) A sociedade terá isenção do ISS no ano de início, passando a recolher o imposto apenas a partir do exercício financeiro seguinte.
- c) O imposto será calculado de forma proporcional, considerando os meses de outubro, novembro e dezembro, e o valor resultante será multiplicado pelo número de profissionais habilitados.
- d) O imposto será cobrado pela metade do valor anual para cada profissional, como forma de incentivo fiscal para novas empresas, independentemente do mês de início.
- e) O imposto será calculado de forma proporcional, mas o valor apurado será devido apenas para um dos sócios, representando a sociedade.

88. O Decreto nº 2.134/2003, que regulamenta o ISS em Florianópolis, estabelece em seu Art. 29 um rol de situações fáticas que, uma vez constatadas pela fiscalização, autorizam a presunção de prestação de serviço tributável não registrada.

Assinale a alternativa que descreve uma circunstância que, por si só, NÃO consta nesse rol como autorizadora de tal presunção.

- a) O recebimento de uma denúncia formal acompanhada de provas, sobre a conduta de evasão fiscal por parte do contribuinte.
- b) A constatação de suprimento de caixa sem a devida comprovação da origem do numerário.
- c) A verificação de que o titular da empresa realizou despesas pessoais em montante superior às suas retiradas oficiais (pró-labore), sem comprovar a origem dos recursos.
- d) A identificação de valores registrados em um equipamento emissor de cupom fiscal utilizado de forma irregular ou sem a prévia autorização da administração tributária.
- e) A apuração de que os pagamentos de despesas e aquisições de bens superam as disponibilidades financeiras (caixa e bancos) do contribuinte no período.

89. Um promotor de eventos, ao planejar uma feira de artesanato em uma praça de Florianópolis, precisa solicitar junto ao órgão municipal competente a expedição de uma autorização para a realização do evento, um serviço cuja cobrança está prevista entre os possíveis fatos geradores da Taxa de Serviços Diversos. Com base no Código Tributário Municipal de Florianópolis, qual é o valor a ser cobrado especificamente pela expedição desta autorização?

- a) 10 URF.
- b) 15 reais.
- c) 15 UFSC.
- d) 10 reais.
- e) Isento, por se tratar de evento cultural.

90. O Código Tributário Municipal de Florianópolis institui a Taxa de Licença, cujo fato gerador é o exercício do poder de polícia do Município em diversas atividades que dependem de prévia autorização e fiscalização.

Com base no Art. 325 do CTM, assinale a alternativa que descreve uma atividade que NÃO constitui fato gerador desta taxa específica.

- a) O desmatamento de determinada área após autorização da Secretaria de Meio Ambiente.
- b) A fiscalização para a concessão do alvará de funcionamento de uma nova loja no centro da cidade.
- c) A análise e autorização para a instalação de um grande painel publicitário na fachada de um edifício comercial.
- d) A permissão para um restaurante colocar mesas e cadeiras na calçada em frente ao seu estabelecimento.
- e) A concessão de licença para um vendedor de milho-verde atuar em um ponto fixo na praia.

91. A organização do "Festival Sabores da Ilha", um evento gastronômico com duração de três dias (sexta, sábado e domingo), foi autorizada a ocorrer em uma praça pública de Florianópolis. A organização precisa recolher a Taxa de Licença para Utilização de Logradouros Públicos (TLULP).

De acordo com a legislação municipal, como deve ser apurado o valor total devido pela utilização do espaço durante os três dias?

- a) O valor integral da diária será cobrado para a sexta-feira, acrescido de um valor reduzido para o sábado e um valor ainda menor para o domingo, com a redução sendo calculada sobre o valor do dia anterior.
- b) O valor total será o resultado da multiplicação do valor integral da diária por três, pois a cobrança é a mesma para cada dia de utilização do logradouro.
- c) O valor total será a soma do valor integral da diária referente à sexta-feira, com vinte por cento desse mesmo valor para o sábado e mais vinte por cento para o domingo.
- d) O valor integral da diária será majorado em cinquenta por cento devido à geração de resíduos, e o resultado será então multiplicado por três dias.
- e) O evento terá isenção total da taxa, pois a legislação isenta a ocupação de logradouros por estabelecimentos que utilizam até 10 mesas, regra que se estende a eventos de curta duração.

92. A empresa "Software Floripa Ltda." formula uma consulta tributária ao Secretário Municipal de Finanças sobre a incidência de ISS em um novo e complexo modelo de negócio digital. Considerando o disposto no Código Tributário Municipal de Florianópolis sobre o instituto da consulta, assinale a afirmativa correta a respeito dos efeitos da resposta a ser emitida pela administração.

- a) A resposta vinculará exclusivamente a empresa consultante ("Software Floripa Ltda."), não podendo, em nenhuma hipótese, ser aplicada a outros contribuintes, mesmo que estejam na mesma situação.
- b) Qualquer resposta a uma consulta formulada por um contribuinte é automaticamente considerada de efeito normativo, aplicando-se a todos os demais que se enquadrem na mesma situação fática.
- c) A resposta à consulta, em regra, produzirá efeitos apenas para a "Software Floripa Ltda.", mas poderá ter seus efeitos estendidos a todos os contribuintes caso a matéria seja considerada de interesse geral e a resposta seja publicada com caráter normativo.
- d) Apenas contribuintes que comprovem não possuir débitos fiscais pendentes podem formular consultas, sendo a petição da "Software Floripa Ltda." indeferida caso exista alguma pendência.
- e) A consulta deve ser respondida pelo Diretor da Coordenação do imposto consultado, podendo ser delegada a competência para responder consultas à comissão formada por funcionários fazendários designados especialmente para esse fim.

93. Com base nas disposições sobre o lançamento tributário contidas no Código Tributário Municipal de Florianópolis, assinale a alternativa correta.

- a) A omissão ou erro no lançamento, desde que não decorra de dolo ou fraude por parte do agente fiscal, exime o contribuinte do cumprimento da obrigação tributária, aproveitando-lhe apenas para fins tributários.
- b) O exercício do lançamento é um ato discricionário da autoridade fiscal, que pode, com base em critérios de conveniência e oportunidade, deixar de efetuar-lo, especialmente em casos de baixo valor.
- c) A lei que, posteriormente à ocorrência do fato gerador, instituir novos critérios de apuração da base de cálculo não poderá ser aplicada ao lançamento referente àquele fato gerador, em respeito ao princípio da irretroatividade.
- d) O pedido de revisão de lançamento do IPTU, quando devidamente fundamentado e comprovado por profissional habilitado, possui efeito suspensivo, interrompendo a contagem de juros e mora até a decisão administrativa final.
- e) A retificação de uma declaração por iniciativa do próprio declarante, com o objetivo de reduzir ou excluir um tributo, é admissível, desde que ele comprove o erro que a fundamenta e que o faça antes de ser notificado do lançamento.

94. A respeito da restituição do ITBI no município de Florianópolis, conforme as disposições do Código Tributário Municipal, assinale a alternativa que descreve corretamente uma condição ou procedimento para a devolução do imposto pago.

- a) A restituição do imposto é devida caso o negócio jurídico de compra e venda, após sua regular formalização, seja desfeito por mútuo acordo entre as partes (distrato).
- b) A declaração de nulidade do ato que deu causa ao pagamento, quando proferida por decisão administrativa da Secretaria Municipal da Receita em processo de revisão, é suficiente para autorizar a restituição.
- c) A restituição ou compensação do valor pago será feita exclusivamente ao adquirente do imóvel, sendo irrelevante quem tenha efetivamente realizado o pagamento do tributo.
- d) O pedido de restituição, que deve ser solicitado via processo administrativo, só pode ser autorizado pelo Prefeito Municipal, em razão da natureza da receita tributária.
- e) Quando o ato ou negócio jurídico que motivou o recolhimento do imposto não chegar a ser formalizado, o valor pago a título de ITBI poderá ser restituído ou compensado.

95. A pessoa jurídica "Comércio da Ilha Ltda." adquire uma sala comercial em Florianópolis pelo valor de R\$ 750.000,00, mediante um financiamento bancário comercial comum. Considerando exclusivamente as informações apresentadas, qual é a alíquota do ITBI aplicável sobre o valor total desta transmissão?

- a) 0,5%.
- b) 1%.
- c) 2%.
- d) 0,5% sobre os primeiros R\$ 180.000,00 e 2% sobre o valor restante.
- e) A alíquota será definida pela instituição financeira que concedeu o crédito.

96. A empresa "Construtora Alfa Ltda." vende um apartamento para Carlos pelo valor de R\$ 800.000,00, com pagamento à vista. O Tabelião do Cartório Beta, por um lapso, lavra e registra a escritura pública de compra e venda sem exigir a prévia apresentação do comprovante de recolhimento do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). Meses depois, em uma auditoria de rotina, a fiscalização tributária de Florianópolis constata a ausência do pagamento do imposto referente a essa transação. Diante deste cenário e com base nos artigos 282 e 283 do Código Tributário Municipal, qual é a consequência jurídica correta em relação à cobrança do crédito tributário?

- a) A "Construtora Alfa Ltda.", na qualidade de transmitente, é a única contribuinte do imposto, devendo a cobrança ser dirigida exclusivamente a ela.
- b) A responsabilidade é subsidiária, devendo o Fisco Municipal primeiramente esgotar todas as vias de cobrança contra Carlos, o adquirente, para só então poder acionar a "Construtora Alfa Ltda." ou o Tabelião.
- c) O Tabelião do Cartório Beta responderá apenas por uma infração administrativa perante a Corregedoria de Justiça, não possuindo responsabilidade tributária pelo pagamento do imposto, que recai somente sobre as partes do negócio.
- d) Carlos é o contribuinte, mas a "Construtora Alfa Ltda." e o Tabelião do Cartório Beta são responsáveis solidários, podendo a autoridade fiscal exigir o pagamento integral do ITBI de qualquer um deles, isoladamente ou em conjunto.
- e) A responsabilidade solidária do Tabelião só poderá ser acionada se a fiscalização comprovar a existência de conluio entre ele e as partes para fraudar o Fisco; caso contrário, a responsabilidade é apenas do contribuinte.

97. De acordo com as disposições do Código Tributário Municipal de Florianópolis sobre a obrigatoriedade de inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza (CPSQN), assinale a alternativa correta.

- a) A obrigação de inscrição no CPSQN é restrita às pessoas jurídicas que prestam serviços, não se aplicando às pessoas naturais ou aos responsáveis tributários.
- b) Todos os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, independentemente de sua função orçamentária, são obrigados a se inscrever no CPSQN quando contratarem serviços sujeitos ao ISS.
- c) A obrigatoriedade de inscrição no CPSQN é extensiva aos condomínios, consórcios e clubes de investimento, desde que se enquadrem como prestadores de serviço, substitutos tributários ou responsáveis pela retenção do imposto.
- d) Os condomínios em edifícios residenciais e os serviços notariais, por serem expressamente listados na lei, são obrigados a se inscrever no CPSQN em todos os casos, independentemente de serem ou não responsáveis pelo imposto.
- e) A legislação municipal permite que uma única inscrição no CPSQN seja válida para o estabelecimento matriz e todas as suas filiais, sendo a inscrição por estabelecimento uma faculdade concedida.

- 98.** Com base nas normas sobre as obrigações cadastrais e acessórias dos contribuintes do ISS em Florianópolis, assinale a afirmativa que está em conformidade com o Código Tributário Municipal.
- a) Para fins da legislação tributária municipal, considera-se como data de início das atividades de um prestador de serviços a data de emissão do seu alvará de funcionamento pela Prefeitura.
 - b) A responsabilidade por danos causados ao Município pelo uso indevido da inscrição cadastral pode ser transferida a terceiros, como um contador, mediante instrumento particular.
 - c) As pessoas naturais e jurídicas, contribuintes do imposto, somente poderão iniciar as suas atividades depois de devidamente inscritas no Cadastro de Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza (CPSQN).
 - d) A obrigação de manter e escriturar os livros fiscais previstos em regulamento é exigível apenas dos contribuintes sujeitos ao lançamento por homologação, sendo facultativa para os de regime de estimativa.
 - e) O regulamento que dispõe sobre documentos fiscais pode fixar normas de impressão e escrituração, mas é vedado pela lei complementar estabelecer prazos de validade para tais documentos.
- 99.** A empresa "Eventos & Cia.", com sede em Curitiba/PR e sem qualquer cadastro em Florianópolis, é contratada por um casal residente em São Paulo/SP, também não cadastrado, para organizar uma cerimônia de casamento em um salão de festas na capital catarinense. Considerando que o serviço foi integralmente prestado e concluído no dia do evento, quando o ISSQN correspondente a este serviço deverá ser pago ao Município de Florianópolis?
- a) Até o décimo dia do mês subsequente ao da prestação do serviço, seguindo o calendário fiscal padrão para todos os contribuintes.
 - b) O imposto é isento, pois tanto o prestador quanto o tomador do serviço não são domiciliados em Florianópolis.
 - c) O pagamento deverá ser realizado por ocasião da ocorrência do fato gerador, ou seja, no momento da prestação do serviço.
 - d) O pagamento será devido somente após 30 dias da emissão da nota fiscal, que é o prazo para o reconhecimento da receita.
 - e) O imposto deverá ser retido e recolhido pelo salão de festas onde a cerimônia foi realizada, pois ele é o único com cadastro no município.
- 100.** De acordo com o Decreto Nº 12.608/2014, um proprietário de um imóvel com valor histórico solicita a isenção do IPTU. Na avaliação do SEPHAN/IPUF, constata-se que a edificação necessita de pequenos reparos em suas esquadrias e reboco. Adicionalmente, a vistoria aponta que a pintura da fachada não está em bom estado de conservação.
- Considerando exclusivamente as informações apresentadas e as regras do decreto, qual será o percentual de isenção de IPTU concedido a este imóvel?
- a) 80% (oitenta por cento), pois a edificação necessita apenas de pequenos reparos.
 - b) 100% (cem por cento), pois se trata de um imóvel com valor histórico protegido por legislação.
 - c) Nenhuma isenção será concedida, pois a edificação não se apresenta conservada ou restaurada.
 - d) 40% (quarenta por cento), pois a existência de múltiplos problemas reduz a isenção para a faixa mais baixa.
 - e) 60% (sessenta por cento), pois a isenção inicial é reduzida devido ao mau estado da pintura.

BLOCO II**CONTABILIDADE***Marcondes Fortaleza***101.** Marque a alternativa correta:

- a) o pagamento de uma duplicata com juros é um fato contábil misto diminutivo.
- b) o balancete de verificação pode ser elaborado em modelos de vão de 1 a 8 colunas.
- c) compra de mercadoria, com pagamento de parte à vista, é um fato registrado através de um lançamento de terceira fórmula.
- d) a equação Ativo + PL = Passivo indica uma situação líquida favorável.
- e) a finalidade da contabilidade é controlar o patrimônio.

102. Uma empresa contraiu um empréstimo de R\$ 1.000,00. Na transação houve custos de transação de 50,00. No registro da obtenção do empréstimo,

- a) O ativo aumentou R\$ 1.000,00.
- b) O passivo aumentou R\$ 1.000,00.
- c) O PL diminuiu R\$ 50,00.
- d) As aplicações de recursos superaram as origens de recursos em R\$ 50,00.
- e) O resultado do exercício não foi afetado.

103. Marque a alternativa correta.

- a) O pagamento de uma duplicata com desconto é um fato contábil modificativo aumentativo.
- b) O lançamento de segunda fórmula possui mais de uma conta debitada e apenas uma conta creditada.
- c) A conta duplicatas descontadas é uma conta integral, de acordo com a teoria personalista das contas.
- d) Uma conta retificadora do PL diminui através de débitos.
- e) A equação fundamental do patrimônio indicada por Ativo + PL = Passivo indica uma situação líquida negativa.

104. Em relação à escrituração contábil, é correto afirmar:

- a) a conta caixa aumenta através de crédito.
- b) todas as contas do patrimônio líquido têm saldo credor.
- c) as contas retificadoras do ativo diminuem através de débito.
- d) os débitos representam as origens de recursos.
- e) para que a sociedade tenha prejuízo, o total debitado deve ser superior ao total creditado.

105. A partir do que dispõe o CPC 00 (R2), que trata da Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, marque V para verdadeiro ou F para falso, de acordo com as disposições da referida norma.

- () Passivo é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.
- () Patrimônio Líquido é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.
- () Receita é a participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.

A sequência está correta em

- a) F, F, V.
- b) V, V, F.
- c) V, V, V.
- d) F, F, F.
- e) F, V, F.

106. Sobre o tema Escrituração Contábil, marque a alternativa incorreta.

- a) O nível de detalhamento da escrituração contábil deve estar alinhado às necessidades de informação de seus usuários.
- b) O registro contábil deve conter o número de identificação do lançamento em ordem sequencial relacionado ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos contábeis.
- c) Os livros contábeis obrigatórios, entre eles o Livro Diário e o Livro Razão, em forma digital, devem revestir-se de formalidades intrínsecas, tais como, serem assinados digitalmente pela entidade e pelo profissional da contabilidade regularmente habilitado e serem autenticados no registro público competente.
- d) As demonstrações contábeis devem ser transcritas no Livro Diário, completando-se com as assinaturas do titular ou de representante legal da entidade e do profissional da contabilidade legalmente habilitado.
- e) O estorno consiste em lançamento inverso àquele feito erroneamente, anulando-o totalmente.

107. Marque a alternativa incorreta sobre a Demonstração dos Fluxos de Caixa:

- a) A DFC indicará as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos: das operações, dos investimentos e dos financiamentos.
- b) A companhia aberta com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa.
- c) Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

d) Os fluxos de caixa advindos das atividades operacionais são basicamente derivados das principais atividades geradoras de receita da entidade.

e) Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos.

108. Uma empresa comercial apresentou os seguintes saldos em suas contas de resultado em 31/12/2021:

Contas	Valores em R\$
Abatimentos sobre vendas	12.000,00
COFINS sobre faturamento	9.600,00
Comissões sobre vendas	16.000,00
Custo da Mercadoria Vendida	145.000,00
Descontos condicionais concedidos	3.000,00
ICMS sobre vendas	57.600,00
PIS sobre faturamento	2.080,00
Receita de Vendas	320.000,00
Vendas Canceladas	6.400,00

Considerando exclusivamente as informações apresentadas e de acordo com a Lei nº 6.404/1976 – Lei das Sociedades por Ações, os valores da Receita Líquida de Vendas e do Lucro Bruto evidenciados na Demonstração do Resultado em 31/12/2021 correspondem, respectivamente, a:

- a) R\$ 229.320,00; R\$ 84.320,00.
- b) R\$ 232.320,00; R\$ 87.320,00.
- c) R\$ 213.320,00; R\$ 68.320,00.
- d) R\$ 301.600,00; R\$ 87.860,00.

109. É parte integrante do projeto SPED e tem por objetivo a substituição da escrituração em papel pela escrituração transmitida via arquivo, ou seja, corresponde à obrigação de transmitir, em versão digital, dentre outros, os livros Diários e Razão:

- A Escrituração Contábil Fiscal (ECF).
- A EFD-Contribuições.
- O Projeto Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).
- A Escrituração Contábil Digital (ECD).
- A e-Financeira.

Com base no balanço patrimonial, hipotético, apresentado a seguir, responda à questão de número 110.

Balanço patrimonial findo em 31.12.2019			
Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	75.000,00	Fornecedores	90.000,00
Aplicações financeiras	125.000,00	Salários a pagar	60.000,00
Contas a receber	175.000,00	Empréstimos bancários	20.000,00
Provisão para devedores de liquidação duvidosa	(10.000,00)	IRPJ E CSLL a recolher	45.400,00
Estoques de mercadorias	140.000,00	Impostos e contribuições a recolher	175.000,00
Adiantamentos diversos	12.500,00	Contas a pagar	35.000,00
Impostos a Recuperar	140.000,00	Total dos passivos circulantes	425.400,00
Total dos ativos circulantes	657.500,00		
Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Títulos a Receber	70.000,00	Contingências trabalhistas	84.500,00
Depósitos Judiciais	22.500,00	Total dos passivos não circulantes	84.500,00
Ativo Imobilizado	190.000,00		
Depreciação/Amortização acumuladas	(40.000,00)	Patrimônio líquido	
Ativos Intangíveis	50.000,00	Capital	300.000,00
Total dos ativos não circulantes	292.500,00	Reserva Legal	7.500,00
		Reserva de Lucros	132.600,00
		Total patrimônio líquido	440.100,00
Total dos ativos	950.000,00	Total dos passivos	950.000,00

110. Indique o valor, em Reais, do índice de liquidez corrente, com apenas dois dígitos e considerando critério de arredondamento.

- 1,55
- 1,05
- 0,95
- 1,44
- 1,38

111. No sistema contábil abaixo apresentado só faltou anotar as despesas incorridas no período. Todavia, considerando as regras do método das partidas dobradas, podemos calcular o valor dessas despesas.

Componentes	Valores
Capital	R\$ 130,00
Receitas	R\$ 100,00
Dívidas	R\$ 180,00
Dinheiro	R\$ 110,00
Clientes	R\$ 120,00
Fornecedores	R\$ 135,00
Prejuízos Anteriores	R\$ 40,00
Máquinas	R\$ 195,00

Com base nos elementos apresentados, pode-se afirmar que o valor das despesas foi

- R\$ 20,00
- R\$ 40,00
- R\$ 80,00
- R\$ 120,00
- R\$ 140,00

112. Da leitura atenta dos balanços gerais da Cia. CAFÉ COM CONTABILIDADE, levantados em 31.12.21 para publicação, e dos relatórios que os acompanham, podemos observar informações corretas que indicam a existência de:

Capital de Giro no valor de R\$ 200,00

Capital Social no valor de R\$ 500,00

Capital Fixo no valor de R\$ 600,00

Capital Alheio no valor de R\$ 500,00

Capital Autorizado no valor de R\$ 550,00

Capital a Realizar no valor de R\$ 150,00

Capital Investido no valor de R\$ 800,00

Capital Integralizado no valor de R\$ 350,00

Reservas de Lucros no valor de R\$ 50,00

Prejuízo Líquido do Exercício no valor de R\$ 100,00

A partir das observações acima, podemos dizer que o valor do Patrimônio Líquido da Cia. CAFÉ COM CONTABILIDADE é de

- a) R\$ 300,00
- b) R\$ 350,00
- c) R\$ 400,00
- d) R\$ 500,00
- e) R\$ 550,00

113. A partir do que dispõe o CPC 00 (R2), que trata da Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, marque V para verdadeiro ou F para falso de acordo com as disposições da referida norma.

- () Relatórios financeiros para fins gerais destinam-se a apresentar o valor da entidade que reporta, fornecendo informações para auxiliar investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, a estimar o valor da entidade que reporta.
- () As demonstrações contábeis fornecem informações sobre transações e outros eventos observados do ponto de vista específico de investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes ou potenciais, da entidade.
- () Se informações financeiras devem ser úteis, elas devem ser relevantes e representar fidedignamente aquilo que pretendem representar. A utilidade das informações financeiras é aumentada se forem comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis.
- () Um recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos. Para que esse potencial exista, precisa ser certo ou provável que esse direito produzirá benefícios econômicos.

A sequência está correta em

- a) V, F, F, V.
- b) F, V, V, F.
- c) V, V, V, V.
- d) V, F, V, V.
- e) F, F, V, F.

114. Apresentamos as contas e saldos constantes do balancete de verificação da Cia. MAVIFOR, em 31.12.20:

Adiantamento de Clientes	R\$ 160,00
Adiantamento a Diretores	R\$ 180,00
Adiantamento a Fornecedores	R\$ 200,00
Aluguéis Ativos a Receber	R\$ 100,00
Aluguéis Ativos a Vencer	R\$ 120,00
Caixa	R\$ 220,00
Capital Social	R\$ 1.200,00
Clientes	R\$ 460,00
Depreciação Acumulada	R\$ 150,00
Fornecedores	R\$ 500,00
Móveis e Utensílios	R\$ 1.000,00
Prejuízos Acumulados	R\$ 120,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial	R\$ 1.500,00

Com as contas listadas, a Cia. MAVIFOR elaborou o Balanço Patrimonial, cujo grupo Ativo tem o valor de

- a) R\$ 1.810,00
- b) R\$ 1.850,00
- c) R\$ 1.970,00
- d) R\$ 2.010,00
- e) R\$ 2.170,00

115. A empresa Comércio Industrial Ltda. comprou 10 latas de tinta pelo valor unitário de R\$ 100,00, tributadas com IPI de 5% e ICMS de 12%. Pagou entrada de 20% e aceitou duas duplicatas mensais de igual valor.

Após efetuar o competente lançamento contábil, é correto afirmar que, com essa operação, os estoques da empresa sofreram aumento no valor de

- a) R\$ 1.120,00
- b) R\$ 880,00
- c) R\$ 1.000,00
- d) R\$ 930,00
- e) R\$ 1.050,00

AUDITORIA

Guilherme Sant'Anna

116. Um dos pressupostos da auditoria é que os auditores devem gerenciar os riscos de fornecer um relatório que seja inadequado nas circunstâncias da auditoria. Sobre os riscos de auditoria é correto afirmar que:

- a) Quando o objetivo é fornecer asseguração limitada, o auditor deve reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo, dadas as circunstâncias da auditoria.
- b) Quando o objetivo é fornecer asseguração razoável, o auditor deve reduzir o risco de auditoria a um nível aceitável, maior que na asseguração limitada.
- c) Risco de auditoria é o risco de que o relatório de auditoria seja inadequado.
- d) Ao avaliar os riscos de uma auditoria, o auditor reconhece que as limitações inerentes a todas as auditorias significam que uma auditoria pode fornecer certeza da condição objeto.
- e) O auditor executa procedimentos para eliminar o risco de chegar a conclusões adequadas.

117. A auditoria do setor público é essencial, visto que fornece aos órgãos legislativos e de controle, bem como aos responsáveis pela governança e ao público em geral, informações e avaliações independentes e objetivas acerca da gestão e do desempenho de políticas, programas e operações governamentais. Em relação aos tipos de auditoria do setor público, é correto afirmar que:

- a) Na auditoria financeira, o desempenho é examinado segundo critérios adequados, e as causas de desvios desses critérios ou outros problemas são analisados.
- b) Auditoria financeira é realizada para avaliar se atividades, transações financeiras e informações cumprem, em todos os aspectos relevantes, as normas que regem a entidade auditada.
- c) A Auditoria operacional foca em determinar se um particular objeto está em conformidade com normas identificadas como critérios.
- d) A Auditoria de conformidade foca em determinar se a informação financeira de uma entidade é apresentada em conformidade com a estrutura de relatório financeiro e o marco regulatório aplicável.
- e) A Auditoria operacional foca em determinar se intervenções, programas e instituições estão operando em conformidade com os princípios de economicidade, eficiência e efetividade, bem como se há espaço para aperfeiçoamento.

118. Em relação ao objeto das auditorias realizadas no setor público, é correto afirmar que:

- a) As auditorias de conformidade são sempre trabalhos de certificação, uma vez que são baseadas em informações financeiras apresentadas pela parte responsável.
- b) No caso da auditoria financeira, o objeto é a posição financeira, o desempenho, o fluxo de caixa ou outros elementos que são reconhecidos, mensurados e apresentados em demonstrações financeiras.
- c) No caso da auditoria financeira, os objetos podem ser programas específicos, entidades, fundos ou

certas atividades (com seus produtos, resultados e impactos), situações encontradas (incluindo causas e efeitos), assim como informações financeiras ou não financeiras sobre qualquer um desses elementos.

- d) No caso da auditoria operacional, a informação sobre o objeto são as demonstrações financeiras.
- e) No caso de uma auditoria operacional, os objetos podem ser atividades, transações financeiras ou informações.

119. As fases e os processos da auditoria precisam de métrica e assertividade. Assinale a alternativa que apresenta um componente importante do processo de auditoria caracterizado por ser qualquer fato digno de relato, que decorre da comparação entre a condição real e os critérios apropriados:

- a) Evidência de auditoria.
- b) Fato de auditoria.
- c) Procedimento de auditoria.
- d) Achado.
- e) Execução da auditoria.

120. Os procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas e abrangem:

- a) Testes de observância e testes substantivos.
- b) Materialidade e inspeção.
- c) Risco e indagação à administração da entidade.
- d) Revisão analítica e monitoramento.
- e) Testes de detalhes e testes de transação e saldo.

121. Ao definir o tamanho da amostra, o auditor pode estabelecê-la mediante aplicação de fórmula com base em estatística ou por meio do exercício do julgamento profissional, considerando a influência que, geralmente, vários fatores têm na determinação do tamanho da amostra.

Desse modo, um auditor fiscal, ao definir a amostra que servirá como base durante uma auditoria de malha fiscal em determinado setor econômico do município, deverá considerar o seguinte:

- a) Quanto mais alta a taxa esperada de desvio, menor o tamanho da amostra precisa ser para que o auditor esteja em posição de fazer uma estimativa razoável da taxa real de desvio.
- b) Quanto maior a taxa tolerável de desvio, maior o tamanho da amostra de contribuintes precisa ser.
- c) Quanto menor for o nível de segurança de que o auditor espera que os resultados da amostra sejam de fato indicativos com relação à incidência real de desvio na população de contribuintes, maior deve ser o tamanho da amostra.
- d) A quantidade de unidades de amostragem da população tem pouco ou nenhum efeito sobre o tamanho da amostra.
- e) Quanto mais segurança o auditor pretende obter da efetividade operacional dos controles, maior será a avaliação do auditor quanto ao risco de distorção relevante e menor deve ser o tamanho da amostra.

122. Ao iniciar um trabalho de auditoria, determinado auditor decidiu utilizar amostragem na execução dos seus procedimentos, considerando a complexidade que o trabalho apresentava. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- a) A amostragem em auditoria é a aplicação de procedimentos de auditoria em menos de 100% dos itens da população relevante para fins de auditoria, de maneira que as unidades de amostragem mais relevantes tenham maior chance de serem selecionadas para proporcionar uma base

razoável que possibilite o auditor concluir sobre toda a população.

- b) O auditor deverá considerar uma “taxa tolerável de desvio”, que é um valor percentual definido por ele para obter um nível apropriado de segurança de que essa taxa não seja excedida pela taxa real de desvio na população.
- c) O auditor deve considerar o “risco de amostragem”, que é o risco de que a conclusão do auditor, com base em amostra, pudesse ser análoga se toda a população fosse sujeita ao mesmo procedimento de auditoria.
- d) A amostra relevante é o conjunto completo de dados sobre o qual a população é selecionada e sobre o qual o auditor deseja concluir.
- e) A empresa auditada deve, em conjunto com o auditor, determinar o tamanho de amostra suficiente para reduzir o risco de amostragem a um nível mínimo aceitável.

123. Quanto às responsabilidades do auditor em relação à fraude, no contexto da auditoria de demonstrações contábeis, é correto afirmar que:

- a) A principal responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude é dos responsáveis pela governança e do controle interno da entidade auditada.
- b) O risco de não ser detectada uma distorção relevante decorrente de fraude é mais baixo do que o risco de não ser detectada uma distorção relevante decorrente de erro.
- c) O auditor que realiza auditoria de acordo com as normas de auditoria é responsável por obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, como um todo, não contêm distorções relevantes, causadas por fraude ou erro.
- d) Embora a fraude constitua um conceito jurídico amplo, cabe ao auditor estabelecer juridicamente se a fraude ocorreu.
- e) O risco de não ser detectada uma distorção relevante decorrente de fraude causada por empregados é mais alto do que no caso de fraude cometida pela administração da entidade.

124. Sobre a auditoria, marque a alternativa CORRETA:

- a) Se o auditor obteve evidência apropriada e suficiente para concluir que as demonstrações foram elaboradas de acordo com a estrutura de relatório aplicável, deve modificar sua opinião.
- b) A opinião adversa deve ser utilizada quando os possíveis efeitos das distorções, caso existam, são relevantes e generalizados.
- c) No trabalho de assecuração razoável, a conclusão do auditor independente é expressa de forma a transmitir se algum fato chegou ao seu conhecimento que o levasse a acreditar que a informação do objeto esteja distorcida de forma relevante.
- d) A abstenção de opinião só é admitida quando prevista por lei ou regulamento.
- e) A conclusão com ressalvas é expressa quando os efeitos, ou possíveis efeitos, de um assunto das distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes, mas não generalizados.

125. Após a conclusão de uma auditoria interna sobre os procedimentos de fiscalização de um município, o auditor interno responsável iniciou a elaboração do seu relatório de Auditoria Interna.

Sobre o relatório de Auditoria Interna é correto afirmar que ele:

- a) Deve ser redigido com objetividade e parcialidade, de forma a expressar, claramente, suas conclusões, recomendações e providências a serem tomadas pela administração da entidade.
- b) Deve abordar, no mínimo, alguns aspectos como o objetivo e a extensão dos trabalhos, assim como os riscos associados aos fatos constatados, as conclusões e as recomendações resultantes dos fatos constatados.
- c) Deve ser apresentado a quem tenha solicitado o trabalho ou a quem ele autorizar, devendo ser preservada a transparência de seu conteúdo.

d) É o documento por meio do qual a Auditoria Interna apresenta seu plano específico de trabalhos.

e) Não pode ser emitido parcialmente, mesmo na hipótese de se constatar impropriedades, irregularidades ou ilegalidades que necessitem providências imediatas da administração da entidade.

126. Em relação aos papéis de trabalho utilizados na auditoria, analise as afirmativas abaixo e identifique a correta:

- a) A Auditoria Interna deve ser documentada por meio de papéis de trabalho, elaborados em meio eletrônico, que devem ser organizados e arquivados de forma sistemática e racional.
- b) Os papéis de trabalho constituem documentos e registros dos fatos, informações e provas, obtidos antes da auditoria, a fim de evidenciar os exames realizados e dar suporte à sua opinião, críticas, sugestões e recomendações.
- c) Os papéis de trabalho devem ter abrangência e grau de detalhe suficientes para propiciarem a compreensão do planejamento, da natureza, da oportunidade e da extensão dos procedimentos de Auditoria Interna aplicados, bem como do julgamento exercido e do suporte das conclusões alcançadas.
- d) As análises, demonstrações ou quaisquer outros documentos têm sua integridade comprovada somente por serem anexados aos papéis de trabalho.
- e) Os papéis de trabalho constituem a documentação preparada pelo auditor ou fornecida a este, após a conclusão da auditoria.

127. Assinale a alternativa que apresenta o componente de processo de auditoria que tem como objetivo a verificação do comportamento de valores significativos, por meio de índices, quocientes, quantidades absolutas e outros mecanismos visando identificar tendências atípicas:

- a) Revisão analítica.
- b) Circularização.
- c) Análise vertical.
- d) Rastreamento.
- e) Inquérito

128. A respeito dos testes de controle, conforme a NBC TA 330, assinale a afirmativa correta:

- a) São utilizados para avaliar determinados saldos contábeis.
- b) Têm como objetivo identificar erros cometidos pela administração.
- c) Avaliam a eficácia do desenho dos controles internos relevantes.
- d) São aplicáveis na fase de comunicação de resultados da auditoria.
- e) Devem ser aplicados em todos os processos, independentemente do risco.

129. Analise os itens:

- I. A evidência de auditoria nem sempre é necessária para sustentar a opinião e o relatório do auditor.
- II. A evidência é de natureza cumulativa e primariamente obtida a partir de procedimentos executados durante o curso da auditoria.
- III. A evidência também pode ser obtida a partir da aplicação de procedimentos de qualidade para aceitação e continuidade dos trabalhos.

Estão corretos:

- a) II apenas.
- b) III apenas.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) I e III.

130. A NBC TA 200 dita que o objetivo da auditoria de demonstrações contábeis é

- a) aumentar a confiança dos usuários.
- b) comunicar-se como exigido pelas normas.
- c) possibilitar ao auditor independente o cumprimento das normas.
- d) permitir ao auditor o cumprimento dos requisitos éticos relevantes.
- e) apresentar o relatório sobre as demonstrações contábeis.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

131. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consagra, já em seu primeiro artigo, a forma de Estado, a forma de governo, o regime de governo e o fundamento do poder político. Esses elementos estruturam o modelo constitucional brasileiro e são protegidos contra alteração por emenda constitucional.

Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta

- a) A forma federativa de Estado, por constar no art. 1º da Constituição, pode ser modificada por emenda constitucional aprovada por maioria qualificada em ambas as Casas do Congresso Nacional.
- b) A soberania popular é exercida apenas pelo voto direto e secreto, conforme previsto no caput do art. 14 da CF/1988.
- c) O presidencialismo, como forma de governo adotada pela CF/1988, pode ser alterado por meio de plebiscito ou referendo popular, sem necessidade de emenda constitucional.
- d) A forma federativa de Estado e o voto direto, secreto, universal e periódico são cláusulas pétreas, insuscetíveis de abolição por emenda constitucional.
- e) A separação dos Poderes não constitui princípio fundamental da República, mas sim uma opção administrativa do constituinte derivado, sujeito a alteração por maioria absoluta.

132. Lucas, servidor público federal, teve sua promoção funcional negada por decisão administrativa fundamentada em interpretação controvertida de norma interna, mesmo preenchendo todos os requisitos objetivos para o avanço na carreira. Após tentar resolver a situação administrativamente sem sucesso, buscou ajuda jurídica para reverter a situação. Seu advogado analisou o caso e entendeu que o ato foi ilegal, pois violou direito subjetivo de Lucas, líquido e certo, comprovável por documentos oficiais já existentes. Considerando o caso narrado e os remédios constitucionais previstos na CF/1988, assinale a alternativa que apresenta o instrumento processual mais adequado para a tutela do direito violado:

- a) Habeas corpus, pois houve violação a direito fundamental do servidor público, justificando-se a concessão de ordem em defesa da sua dignidade funcional.
- b) Ação popular, pois o ato administrativo ilegal que negou a promoção de Lucas viola o princípio da moralidade administrativa, sendo passível de anulação por qualquer cidadão.
- c) Mandado de segurança, pois o direito à promoção funcional é líquido e certo, e o ato administrativo violador é de autoridade pública, não sendo cabível habeas corpus nem habeas data.
- d) Habeas data, pois a obtenção da promoção funcional depende do acesso e eventual retificação de informações constantes no banco de dados funcional da Administração.
- e) Mandado de injunção, pois a norma interna que disciplina a promoção é de eficácia limitada e ainda carece de regulamentação, impedindo o exercício pleno do direito de Lucas.

133. Durante o julgamento de um processo em tribunal, o relator suscitou a inconstitucionalidade de um dispositivo legal e o órgão fracionário do tribunal, por maioria simples, afastou a aplicação da norma ao caso concreto, sem submeter a questão ao Plenário ou ao órgão especial.

À luz do sistema de controle de constitucionalidade previsto na CF/1988, é correto afirmar que o órgão julgador

- a) agiu corretamente, pois qualquer órgão judicial pode afastar a aplicação de norma inconstitucional em controle difuso, independentemente da instância.
- b) agiu incorretamente, pois mesmo no controle difuso, a declaração de inconstitucionalidade por tribunal exige o voto da maioria simples do órgão fracionário.
- c) agiu corretamente, pois a cláusula de reserva de plenário só se aplica ao controle concentrado de constitucionalidade.
- d) agiu incorretamente, pois violou a cláusula de reserva de plenário, uma vez que órgão fracionário de tribunal não pode afastar a aplicação de norma por inconstitucionalidade sem submeter a questão ao Plenário ou órgão especial.
- e) agiu corretamente, pois não houve declaração expressa de inconstitucionalidade, mas apenas o afastamento da norma ao caso concreto, o que dispensa a reserva de plenário.

134. João exerce, em 2025, o segundo mandato consecutivo como Prefeito de um município do interior de Minas Gerais. Em abril do mesmo ano, sua filha, Mariana, que não exerce mandato eletivo, pretende registrar sua candidatura ao cargo de Prefeita do mesmo município para as eleições marcadas para outubro de 2026. Diante do caso concreto e da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta:

- a) Mariana é inelegível, salvo se seu pai renunciar ao cargo de Prefeito até seis meses antes do pleito.
- b) Mariana é inelegível, mesmo que João renuncie ao cargo de Prefeito, pois se trata de terceiro mandato consecutivo na mesma circunscrição familiar.
- c) Mariana é elegível, pois não exerce mandato eletivo e não está impedida por lei de se candidatar.
- d) Mariana só poderá se candidatar se estiver filiada ao mesmo partido político de seu pai.
- e) Mariana poderá se candidatar, desde que seu pai tenha exercido apenas um mandato consecutivo como Prefeito.

135. Durante o trâmite de um processo judicial que discutia diversos aspectos constitucionais, o relator analisou cinco diferentes situações jurídicas: a prescritibilidade da cobrança de valores indevidamente pagos com base em decisões do Tribunal de Contas; a possibilidade de promulgação parcial de projeto de lei pelo Executivo antes da deliberação do Legislativo sobre os vetos; a recepção constitucional de norma infralegal que estabelece requisitos para ingresso nas Forças Armadas; a continuidade de vigência de medidas provisórias após nova emenda constitucional; e a possibilidade de o Legislativo propor aumento de despesas em projetos de iniciativa do Executivo.

Com base nas teses fixadas pelo STF e na sistemática do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:

- a) É imprescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada exclusivamente em decisão de Tribunal de Contas que constata irregularidade na concessão de aposentadoria.
- b) É válida a promulgação, pelo Chefe do Executivo, da parte do projeto de lei não vetada, mesmo antes de o Congresso Nacional se manifestar sobre os vetos, desde que se trate de trecho incontroverso.
- c) São válidas normas infralegais editadas pelo Comando das Forças Armadas para definir critérios de acesso à carreira militar, inclusive os relativos à idade mínima e máxima, quando baseadas em regulamentos militares anteriores à Constituição de 1988.
- d) As medidas provisórias editadas sob a égide de emenda constitucional revogada continuam vigentes até que lei posterior disponha em sentido contrário, independentemente de novo regramento pela emenda atual.
- e) É possível que o Congresso, por meio de emendas parlamentares, proponha aumento de despesa em projeto de iniciativa do Executivo, desde que respeitado um limite percentual e mantida a estimativa inicial de impacto financeiro.

136. Em 2024, Maria, brasileira naturalizada, foi condenada por sentença judicial transitada em julgado por ter cometido fraude durante o processo de naturalização. Em 2025, Roberto, brasileiro nato, manifestou, perante autoridade consular brasileira, a vontade de renunciar à nacionalidade brasileira, ainda que isso resultasse em sua apátrida. Com base na CF/1988, após a EC nº 131/2023, assinale a alternativa correta

- a) Apenas Maria poderá perder a nacionalidade, pois brasileiros natos não podem mais perdê-la sob qualquer circunstância.
- b) Maria e Roberto perderão a nacionalidade brasileira, pois ambos incorreram em hipóteses de perda.
- c) Maria poderá perder a nacionalidade por decisão judicial, enquanto Roberto não poderá perdê-la, pois a CF/1988 veda a perda em caso de apátrida.
- d) Nenhum dos dois poderá perder a nacionalidade, pois a perda agora depende exclusivamente de pedido voluntário.
- e) Roberto poderá perder a nacionalidade mesmo se isso resultar em apátrida, desde que o pedido seja pessoal e voluntário.

137. Durante análise de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) apresentada por deputados estaduais, que visava modificar o regramento da sucessão do Governador em caso de dupla vacância no âmbito do Estado Beta, a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa opinou pela possibilidade de criação de regras próprias, distintas daquelas previstas na Constituição Federal. O argumento era o de que, na omissão da Constituição Estadual, seria possível preencher a lacuna conforme o interesse local, inclusive atribuindo a função de substituição ao presidente do Tribunal de Justiça local.

Diante disso, assinale a alternativa correta

- a) A Constituição Estadual pode livremente prever que a substituição do Governador caberá a qualquer autoridade estadual, inclusive ao presidente do Tribunal de Justiça, diante da autonomia organizacional dos entes federativos.
- b) A lacuna da Constituição Estadual autoriza o exercício do poder constituinte derivado reformador com ampla liberdade, desde que observados os princípios fundamentais da República.
- c) A ausência de previsão expressa na Constituição Federal sobre a sucessão estadual impede o controle de constitucionalidade da PEC, em virtude da cláusula de reserva de conformação.
- d) As regras sobre substituição do Chefe do Executivo devem ser uniformes em todos os entes federativos, dada a simetria federativa obrigatória imposta pelo sistema presidencialista.
- e) A substituição do Governador, na hipótese de dupla vacância, deve respeitar o paradigma da Constituição Federal, sendo vedada a atribuição da função a autoridade que não integre o Poder Executivo.

138. Em um processo penal em tramitação no Tribunal de Justiça do Estado X, o Procurador de Justiça interpôs recurso contra acórdão, mesmo após verificar que o Promotor de Justiça de primeiro grau já havia se manifestado de maneira totalmente favorável à decisão recorrida. A defesa alegou que tal conduta violaria o princípio da coerência institucional do Ministério Público, requerendo o indeferimento do recurso.

Considerando os princípios constitucionais aplicáveis ao Ministério Público, assinale a alternativa correta

- a) O recurso deve ser indeferido, pois o princípio da unidade impede que haja manifestação contraditória entre membros do mesmo Ministério Público.
- b) A atuação do Procurador de Justiça viola a indivisibilidade do Ministério Público, já que o órgão não pode se manifestar de forma distinta em diferentes graus de jurisdição.
- c) A atuação do Procurador de Justiça está em conformidade com o princípio da independência funcional, que assegura autonomia a cada membro no exercício de suas atribuições.
- d) O princípio da unidade impede que o Ministério Público atue de forma fracionada, o que inviabiliza a interposição de recurso por membro hierarquicamente superior.
- e) A manifestação do Promotor de Justiça vincula os demais membros da instituição nos demais graus de jurisdição, sendo vedada a interposição de recurso pelo Procurador de Justiça.

139. Carla, jornalista investigativa, publicou reportagem sobre práticas médicas ilegais em clínicas clandestinas. Uma das matérias relatava a realização de interrupções voluntárias de gravidez em fetos diagnosticados com microcefalia causada por zika vírus, com base em laudos médicos e entrevistas com pacientes e profissionais. O conteúdo causou grande repercussão social e levou o Ministério Público a ajuizar ação contra as clínicas envolvidas. Contudo, alguns grupos religiosos passaram a ameaçar Carla nas redes sociais, acusando-a de “incentivar o aborto” e exigindo a sua punição criminal por apologia ao crime.

Diante do caso apresentado, e com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre os direitos fundamentais previstos no art. 5º da CF/1988, assinale a alternativa correta:

- a) Carla praticou crime de apologia ao aborto, já que a reportagem dá visibilidade à prática, e a liberdade de expressão não protege condutas contrárias à moral pública.
- b) A liberdade de manifestação do pensamento não é absoluta, razão pela qual Carla poderá responder civil e penalmente pela reportagem, independentemente de sua veracidade.
- c) A divulgação da reportagem está amparada pela liberdade de informação e de expressão jornalística, sendo vedada qualquer forma de censura ou punição pela opinião expressa.
- d) O direito à vida do nascituro é absoluto, de modo que a simples menção à prática de aborto em qualquer hipótese fere o preceito constitucional.
- e) A responsabilização de Carla depende exclusivamente da comprovação de que a matéria foi publicada com intenção de causar dano à imagem das clínicas clandestinas.

140. Rafael foi vítima de sucessivos episódios de violência psicológica e física praticados por seu companheiro, João, em contexto de relação afetiva e convivência doméstica. Ao buscar proteção legal, teve negado o pedido de medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, sob o fundamento de que a norma teria aplicação exclusiva às mulheres cisgênero. Diante da omissão legislativa quanto à proteção específica de homens GBTI+ vítimas de violência doméstica, o Ministério Público propôs ação constitucional para assegurar o direito fundamental de Rafael à segurança, à dignidade e à igualdade, invocando a jurisprudência mais atual do Supremo Tribunal Federal.

Com base no caso narrado e na jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta

- a) A negativa do pedido de medidas protetivas é legítima, pois a Lei Maria da Penha tem como pressuposto a violência de gênero contra a mulher, sendo inaplicável a casais homoafetivos masculinos.
- b) O Supremo Tribunal Federal reconheceu a mora legislativa em editar norma específica e determinou, por meio de mandado de injunção, a aplicação da Lei Maria da Penha a casais homoafetivos masculinos, em determinadas circunstâncias.
- c) O mandado de injunção não é a via adequada para suprir lacuna legislativa em matéria penal ou processual penal, razão pela qual eventual omissão deve ser solucionada pelo controle concentrado de constitucionalidade.
- d) A proteção contra violência doméstica nas relações homoafetivas já é plenamente assegurada pela legislação comum, não havendo necessidade de extensão da Lei Maria da Penha a esses casos.
- e) Apenas decisão vinculante em sede de ação direta de inconstitucionalidade pode obrigar o Poder Judiciário a aplicar analogicamente a Lei Maria da Penha em relações homoafetivas masculinas.

141. A respeito do Ministério Público, indique a assertiva correta.

- a) O Ministério Público abrange o Ministério dos Estados e o Ministério Público Federal, que compreende o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- b) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes de lista tríplice elaborada pelo próprio Ministério Público, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- c) É função institucional do Ministério Público a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados.
- d) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, vedada a recondução.
- e) Unidade, indivisibilidade e independência funcional são princípios institucionais do Ministério Público.

142. A respeito dos direitos de greve e de sindicalização, indique a assertiva correta, conforme posicionamento do Supremo Tribunal Federal e de acordo com o disposto na Constituição Federal.

- a) Aos militares das Forças Armadas e aos militares estaduais são proibidas a sindicalização e a greve.
- b) O exercício do direito de greve por parte dos trabalhadores depende de regulamentação de lei infraconstitucional.
- c) A Constituição Federal assegura expressamente o direito de greve aos servidores públicos, competindo a cada categoria decidir sobre a oportunidade de exercê-lo, independentemente de lei específica sobre a matéria, pois a norma tem aplicabilidade imediata.
- d) Conforme posicionamento do Supremo Tribunal Federal, militares e policiais civis, federais e rodoviários federais não têm direito de greve e nem de sindicalização.
- e) Diferentemente do que se aplica aos militares, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os policiais civis e federais, assim como os demais servidores públicos, gozam do direito de greve.

143. Tramita no Congresso Nacional proposta de emenda à Constituição (PEC) que viola claramente a forma federativa de Estado. A respeito do fato narrado, para combater a deliberação da PEC, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, admite-se

- a) ação direta de inconstitucionalidade.
- b) arguição de descumprimento de preceito fundamental
- c) ação civil pública.
- d) mandado de segurança, impetrado por parlamentar da Casa em que tramita a proposta.
- e) mandado de injunção, impetrado por qualquer prejudicado pelo descumprimento da norma constitucional.

144. Segundo o *caput* do artigo 5º da Constituição Federal, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.”

Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos, é INCORRETO afirmar que:

- a) A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.
- b) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- c) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- d) A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio eterno para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.
- e) Será concedido mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

145. Joana, mãe solo de três filhos pequenos e residente em uma comunidade de baixa renda, teve seu acesso ao programa de transferência de renda do governo federal suspenso por mudança na regulamentação administrativa, sem qualquer justificativa individualizada. Com o corte do benefício, Joana ficou sem condições de prover alimentos e itens básicos para os filhos. Ela ajuizou ação buscando o restabelecimento do benefício, com base nos direitos sociais previstos na CF/1988, argumentando que a decisão violava seu direito ao mínimo existencial e à dignidade da pessoa humana.

Com base no caso e nos princípios constitucionais aplicáveis aos direitos sociais, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da reserva do possível impede qualquer obrigação judicial ao Estado para garantir prestações sociais, como programas de renda mínima, por serem de caráter discricionário.
- b) O direito à assistência aos desamparados é um direito programático e, portanto, não pode ser exigido judicialmente, salvo após regulamentação específica.
- c) O Estado pode suspender ou modificar programas sociais a qualquer tempo, desde que respeitada a legalidade, não havendo vedação ao retrocesso social.
- d) A suspensão do benefício, sem fundamento legítimo e individualizado, viola o princípio do mínimo existencial, sendo possível sua judicialização.
- e) A concessão de benefícios sociais depende exclusivamente da vontade política do administrador, não havendo direito subjetivo do cidadão à sua manutenção.

146. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou resolução disciplinando a jornada de trabalho dos servidores do Poder Judiciário e impondo limites ao preenchimento de cargos em comissão e ao número de servidores requisitados ou cedidos de outros órgãos. A norma foi questionada perante o Supremo Tribunal Federal, sob o argumento de que invadiria competências locais e violaria o princípio da separação dos poderes, em razão do autogoverno dos tribunais.

Com base no entendimento do STF e na sistemática constitucional, assinale a alternativa correta

- a) A resolução do CNJ foi declarada inconstitucional, pois invadiu a competência administrativa dos tribunais estaduais e afrontou o princípio federativo.
- b) A resolução foi considerada parcialmente inconstitucional, uma vez que apenas os tribunais locais podem fixar a jornada de trabalho de seus servidores.
- c) A resolução foi considerada constitucional, por tratar de matéria administrativa com fundamento na competência do CNJ para controle da gestão do Judiciário.
- d) A resolução foi considerada constitucional, desde que aplicada exclusivamente aos tribunais superiores sediados em Brasília.
- e) A resolução foi considerada inconstitucional, pois apenas lei federal poderia estabelecer limites à ocupação de cargos em comissão no Poder Judiciário.

147. Carlos foi preso em flagrante por um crime de pequeno potencial ofensivo. No momento da prisão, a autoridade policial negou-lhe o direito de comunicar o fato à sua família e de acessar um advogado, alegando que ele deveria permanecer incomunicável até o fim da investigação para evitar que atrapalhasse a coleta de provas. Diante dessa situação, Carlos entrou com uma ação judicial alegando a violação de seus direitos fundamentais.

Com base nos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta

- a) A autoridade policial agiu corretamente ao impedir a comunicação de Carlos, pois o interesse da investigação justifica a restrição temporária ao direito de comunicação do preso.
- b) Carlos tem o direito de permanecer incomunicável durante o período de investigação, desde que não ultrapasse 48 horas, conforme prevê o artigo 5º da Constituição Federal.
- c) A Constituição Federal assegura a todos os presos o direito à comunicação com seus familiares e advogados, sendo vedada a incomunicabilidade em qualquer circunstância.
- d) A autoridade policial pode manter Carlos incomunicável durante as primeiras 24 horas da prisão, se isso for necessário para a preservação da investigação criminal.
- e) A comunicação com familiares pode ser negada pela autoridade policial, mas o direito de acesso a um advogado deve ser sempre garantido.

148. Ana, filha de casal de alemães, nasceu em Recife (PE), enquanto seus pais estavam no Brasil a trabalho em empresa privada estrangeira. Bruno, nascido em Portugal, é filho de mãe brasileira e pai português, e foi registrado em consulado brasileiro competente. Clara, filha de brasileiros, nasceu na França, onde seus pais moravam por vontade própria. Aos 20 anos, Clara veio residir no Brasil e optou formalmente pela nacionalidade brasileira. Diego, nascido nos EUA, é filho de brasileiros e nunca foi registrado em repartição brasileira nem residiu no Brasil.

Com base nas disposições constitucionais sobre nacionalidade, é correto afirmar que são brasileiros natos:

- a) Ana e Bruno, apenas.
- b) Ana, Bruno e Clara, apenas.
- c) Ana, Bruno, Clara e Diego.
- d) Bruno e Clara, apenas.
- e) Ana e Clara, apenas.

149. O controle de constitucionalidade é um mecanismo importante para garantir a conformidade das normas jurídicas com a Constituição Federal. No direito constitucional brasileiro, aponte qual das alternativas descreve corretamente o controle de constitucionalidade difuso.

- a) É o controle realizado por qualquer juiz ou tribunal no julgamento de casos concretos, podendo declarar a inconstitucionalidade de uma norma e afastá-la do caso específico.
- b) É o controle exercido exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em ações diretas de inconstitucionalidade, com efeito vinculante para todos os órgãos do poder público.
- c) É o controle realizado somente pelo Congresso Nacional durante o processo legislativo, para verificar a compatibilidade de projetos de lei com a Constituição.
- d) É o controle que só pode ser exercido pelo Presidente da República, que pode vetar leis por inconstitucionalidade.
- e) É o controle exercido pelos Tribunais de Contas, que avaliam a conformidade das leis orçamentárias com a Constituição.

150. Nos termos expressos na Constituição Federal, a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público, ressalvadas as hipóteses descritas na Constituição Federal. A respeito dos cargos em comissão e das funções de confiança, aponte a alternativa incorreta.

- a) As funções de confiança e os cargos em comissão são preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.
- b) As funções de confiança só podem ser preenchidas por servidores de carreira.
- c) As funções de confiança e os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

d) Os cargos em comissão podem ser preenchidos por pessoas que não são servidoras públicas de carreira, nas condições e percentuais definidos em lei.

e) Os cargos em comissão são de livre nomeação e não dependem de concurso público para serem preenchidos.

151. A respeito da organização, competências e garantias constitucionais do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- a) O Supremo Tribunal Federal é órgão do Poder Judiciário responsável pela uniformização da interpretação da legislação federal infraconstitucional, mediante julgamento de recurso especial.
- b) A decisão de órgão fracionário de tribunal que afasta a aplicação de lei por considerá-la inconstitucional não viola a cláusula de reserva de plenário se o fundamento constitucional for implícito.
- c) Os juízes adquirem inamovibilidade desde a posse no cargo, enquanto a vitaliciedade é adquirida após dois anos de efetivo exercício.
- d) O Conselho Nacional de Justiça exerce controle administrativo e financeiro sobre o Poder Judiciário e é integrado também por membros externos à magistratura.
- e) A Constituição admite a criação de tribunais de exceção para julgamento de causas de alta repercussão social, desde que autorizada por lei complementar.

152. Acerca da disciplina constitucional das medidas provisórias, assinale a alternativa correta.

- a) Medidas provisórias não podem ser reeditadas na mesma sessão legislativa, ainda que tenham perdido sua eficácia por decurso de prazo sem apreciação pelo Congresso Nacional.
- b) É constitucional a edição de medida provisória que trate de matéria penal, desde que não aumente pena e seja favorável ao réu.
- c) A medida provisória produz efeitos apenas após sua conversão em lei pelo Congresso Nacional.
- d) Matérias relativas a orçamento anual, crédito adicional e organização do Ministério Público podem ser objeto de medida provisória, desde que haja urgência e relevância.
- e) O prazo de vigência das medidas provisórias é de sessenta dias, prorrogável por igual período uma única vez, salvo se rejeitadas expressamente antes disso.

153. A respeito das espécies e características do poder constituinte no sistema constitucional brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) O poder constituinte derivado decorrente confere autonomia plena aos estados, inclusive para adotarem forma de governo diversa da prevista na Constituição da República.
- b) O poder constituinte originário é caracterizado por sua natureza inicial, autônoma, incondicionada e ilimitada em relação à ordem jurídica anterior, sendo responsável pela criação de uma nova Constituição e pela ruptura com a ordem constitucional precedente.
- c) O poder constituinte derivado reformador é exercido por meio de emendas constitucionais e pode ser utilizado para modificar qualquer cláusula da Constituição, inclusive as cláusulas pétreas, desde que aprovado por três quintos dos membros do Congresso Nacional.
- d) O poder constituinte difuso manifesta-se na atuação dos tribunais superiores quando interpretam dispositivos constitucionais à luz das

transformações sociais, atribuindo-lhes novo sentido com efeitos exclusivamente vinculantes ao caso concreto.

- e) O poder constituinte originário é exercido exclusivamente por assembleia nacional constituinte eleita, sendo vedada sua manifestação por ruptura institucional ou revolução.

154. Acerca das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), nos termos da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) A instalação de CPI depende de requerimento subscrito por, no mínimo, um terço dos membros da respectiva Casa Legislativa.
- b) A CPI tem poderes para determinar a prisão temporária de investigados durante suas investigações, sem necessidade de autorização judicial.
- c) Os trabalhos da CPI devem ser concluídos no prazo máximo de 120 dias, podendo ser prorrogados mediante autorização do Congresso Nacional.
- d) As conclusões e indiciamentos feitos por CPI vinculam diretamente o Ministério Público, que fica obrigado a oferecer denúncia.
- e) A CPI pode apurar fatos determinados e por prazo certo, mas não pode investigar fatos ocorridos fora do território nacional.

155. Sobre o controle de constitucionalidade previsto na Constituição Federal de 1988, no que se refere aos sistemas difuso e concentrado, e às ações diretas de controle concentrado (ADI, ADC e ADPF), assinale a alternativa correta:

- a) A decisão proferida no controle difuso de constitucionalidade produz efeitos vinculantes para todos os órgãos do Poder Judiciário e para a Administração Pública direta e indireta.
- b) A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) pode ser proposta contra ato do Poder Público, tanto os omissos quanto os comissivos.
- c) A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) tem por objeto exclusivamente normas municipais que contrariem normas da Constituição Federal.
- d) A Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) pode ser proposta por qualquer cidadão para garantir a presunção de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- e) No controle concentrado de constitucionalidade, exercido pelo Supremo Tribunal Federal, admite-se a atuação do Senado Federal para suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

156. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a União tem competência para instituir imposto sobre:

- a) transmissão inter vivos de bens imóveis.
- b) propriedade predial e territorial urbana.
- c) renda e proventos de qualquer natureza.
- d) prestação de serviços de qualquer natureza.
- e) operações de circulação de mercadorias.

157. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado da LC 123/2006 a pessoa jurídica:

- a) cujo titular participe com 5% do capital de outra empresa.
- b) que seja constituída sob a forma de sociedade limitada.
- c) constituída sob a forma de cooperativas.
- d) que tenha apenas um sócio pessoa física.
- e) que exerça atividade de comércio varejista.

158. Sobre a sujeição passiva do IBS e da CBS, conforme a Lei Complementar 214/2025, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () O fornecedor residente no exterior deve se cadastrar como contribuinte do IBS e da CBS se realizar operações no País.
 - () Condomínios edilícios não são contribuintes do IBS e da CBS, salvo se optarem pelo regime regular.
 - () Plataformas digitais são sempre responsáveis pelo pagamento do IBS e da CBS nas operações intermediadas, desde que domiciliadas no País.
- a) V, V, F
 - b) F, V, F
 - c) V, F, V
 - d) F, F, V
 - e) V, V, V

159. Sobre a responsabilidade na sucessão empresarial, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

() A responsabilidade abrange tributos e também multas moratórias, exceto punitivas.

() Multas punitivas também são transferidas ao sucessor.

() A responsabilidade abrange apenas os tributos devidos pela empresa sucedida.

a) V, V, V

b) F, V, F

c) V, F, V

d) F, F, V

e) V, V, F

160. Considera-se ocorrido o fato gerador tratando-se de situação jurídica:

a) desde o momento em que se verificarem as circunstâncias materiais.

b) desde o momento em que esteja definitivamente constituída.

c) quando houver o registro em cartório competente.

d) após a homologação pela autoridade administrativa.

e) somente com o trânsito em julgado de decisão judicial.

161. Para fins da LC 214/2025, operações com bens são:

a) todas com bens móveis ou imóveis, materiais ou imateriais.

b) apenas as com bens móveis materiais.

c) somente as com bens imóveis.

d) apenas as onerosas com bens materiais.

e) exclusivamente as com direitos patrimoniais.

162. De acordo com a LC 214/2025, o IBS e a CBS incidem sobre:

a) apenas operações onerosas com bens.

b) todas as operações, onerosas ou não.

c) operações onerosas com bens ou serviços.

d) apenas prestações de serviços.

e) somente importações de bens.

163. Segundo o entendimento atual do STF sobre substituição tributária progressiva:

a) não é devida restituição se a base de cálculo efetiva for inferior à presumida.

b) é devida restituição da diferença se a base efetiva for inferior à presumida.

c) apenas o não acontecimento do fato gerador enseja restituição.

d) a base de cálculo presumida tem caráter definitivo.

e) não cabe qualquer tipo de restituição ao contribuinte.

164. Em consonância com as regras do Simples Nacional, considera-se receita bruta:

a) apenas o produto da venda de bens nas operações de conta própria.

b) o produto da venda de bens e serviços, incluídas as vendas canceladas e resultado nas operações em conta alheia.

c) o produto da venda de bens e serviços, inclusive resultado nas operações em conta alheia, excluídas as vendas canceladas.

d) apenas o preço dos serviços prestados pela empresa.

e) somente as receitas financeiras auferidas no período.

165. De acordo com a Constituição Federal de 1988, acerca da progressividade do ITCMD, assinale a alternativa correta:

- a) É vedada qualquer forma de progressividade para esse imposto.
- b) Pode ser progressivo apenas em razão do tempo de transmissão.
- c) Será progressivo em razão do valor do quinhão, legado ou doação.
- d) A progressividade depende de lei complementar nacional.
- e) Aplica-se progressividade apenas nas doações, não na sucessão.

166. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se contribuinte quando:

- a) for pessoa jurídica de direito público.
- b) tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o fato gerador.
- c) sua obrigação decorrer de disposição expressa de lei, na posição de terceira pessoa.
- d) for responsável solidário por obrigação de terceiro.
- e) atuar como substituto tributário em operações subsequentes.

167. Se a lei não fixar prazo para homologação no lançamento por homologação, este será de:

- a) três anos, a contar da ocorrência do fato gerador.
- b) cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador.
- c) dois anos, a contar do pagamento antecipado.
- d) quatro anos, a contar da constituição definitiva do crédito.
- e) dez anos, a contar da data do vencimento da obrigação.

168. A atividade administrativa de lançamento é:

- a) vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.
- b) discricionária e facultativa, conforme critérios administrativos.
- c) vinculada, mas facultativa em casos de pequeno valor.
- d) discricionária e vinculada, salvo disposição legal.
- e) facultativa e vinculada, dependendo da natureza do tributo.

169. Sobre as taxas previstas na Constituição Federal, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta:

- () As taxas podem ser instituídas para custear serviços públicos específicos e divisíveis.
 - () As taxas podem ter base de cálculo idêntica à dos impostos.
 - () Todos os entes federativos podem instituir taxas.
- a) V, F, V
 - b) F, V, F
 - c) V, V, F
 - d) F, F, V
 - e) V, F, F

170. Para fins da LC 123/2006, considera-se microempresa aquela que aufera receita bruta anual:

- a) igual ou inferior a R\$ 360.000,00.
- b) igual ou inferior a R\$ 300.000,00.
- c) igual ou inferior a R\$ 400.000,00.
- d) superior a R\$ 360.000,00 e inferior a R\$ 4.800.000,00.
- e) superior a R\$ 360.000,00 e inferior a R\$ 5.000.000,00.

171. Considerando o princípio da anterioridade tributária previsto na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta:

- a) É vedado cobrar tributos no mesmo exercício financeiro da lei que os instituiu.
- b) A anterioridade nonagesimal não se aplica ao imposto de importação.
- c) A anterioridade de exercício financeiro se aplica às contribuições de melhoria.
- d) Empréstimos compulsórios para calamidade pública não seguem a anterioridade.
- e) A anterioridade nonagesimal se aplica ao Imposto de Renda.

172. Sobre a seletividade do ICMS, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () O ICMS poderá ser seletivo em função da essencialidade.
 - () A seletividade é obrigatória para todas as mercadorias.
 - () Pode-se aplicar tanto a mercadorias quanto a serviços.
- a) V, F, V
 - b) F, V, F
 - c) V, F, F
 - d) F, F, V
 - e) V, V, V

173. Conforme prevê a LC 214/25, o fato gerador do IBS e da CBS ocorre no momento:

- a) da celebração do contrato.
- b) do fornecimento nas operações com bens ou serviços.
- c) do pagamento pelo adquirente.
- d) da emissão da nota fiscal.
- e) do registro contábil da operação.

174. Considerando as regras previstas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta:

- a) A competência tributária é indelegável, salvo para funções de arrecadação ou fiscalização.
- b) A atribuição de funções de arrecadação pode ser revogada a qualquer tempo por ato unilateral.
- c) A competência tributária compreende a competência legislativa plena, observadas as limitações constitucionais.
- d) O não exercício da competência tributária transfere-a automaticamente a outro ente federado.
- e) A atribuição da capacidade tributária ativa inclui as garantias e privilégios processuais da pessoa jurídica que a conferir.

175. Considerando as disposições do Código Tributário Nacional sobre a interpretação da legislação tributária, assinale a alternativa correta:

- a) A analogia pode ser usada para exigir tributo não previsto em lei.
- b) A equidade pode dispensar o pagamento de tributo devido.
- c) A legislação sobre isenção deve ser interpretada literalmente.
- d) Os princípios de direito privado definem os efeitos tributários dos institutos jurídicos.
- e) A lei tributária pode alterar institutos de direito privado para limitar competências tributárias.

176. Considerando as regras do Código Tributário Nacional sobre vigência e aplicação da legislação tributária, assinale a alternativa incorreta:

- a) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores pendentes.
- b) Leis interpretativas podem ser aplicadas a fatos pretéritos sem impor penalidades.
- c) Tratados internacionais podem modificar a legislação tributária interna.
- d) A majoração de impostos sobre o patrimônio entra em vigor no mesmo ano da publicação da lei.
- e) Normas complementares excluem a cobrança de juros de mora quando observadas.

177. As alíquotas do ICMS aplicáveis às operações interestaduais são estabelecidas por:

- a) lei complementar nacional.
- b) resolução do Senado Federal.
- c) decreto presidencial.
- d) convênio entre os Estados.
- e) lei estadual.

178. Sobre o fato gerador da obrigação tributária, conforme o Código Tributário Nacional, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e marque a alternativa correspondente à sequência correta:

- () O fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
 - () O fato gerador da obrigação tributária é sempre uma situação de fato, nunca jurídica.
 - () A autoridade administrativa pode desconsiderar negócios jurídicos que dissimulem o fato gerador.
- a) V, F, V
 - b) F, V, F
 - c) V, V, F
 - d) F, F, V
 - e) V, F, F

179. Com base nas disposições do Código Tributário Nacional sobre o sujeito passivo da obrigação tributária, assinale a alternativa correta:

- a) A capacidade tributária passiva depende da regular constituição da pessoa jurídica.
- b) Convenções particulares sobre responsabilidade tributária são oponíveis à Fazenda Pública.
- c) O sujeito passivo da obrigação acessória é sempre o mesmo da obrigação principal.
- d) A solidariedade tributária pode ser estabelecida por acordo entre contribuintes.
- e) O contribuinte é o sujeito passivo com relação direta e pessoal com o fato gerador.

180. Sobre as regras de vigência da legislação tributária, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () Os atos administrativos normativos entram em vigor na data de sua publicação, salvo disposição em contrário.
 - () As decisões dos órgãos de jurisdição administrativa com eficácia normativa produzem efeitos imediatamente após sua publicação.
 - () Os convênios entram em vigor na data de sua publicação, salvo disposição em contrário.
- a) V, V, F
 - b) V, F, F
 - c) F, V, V
 - d) V, V, V
 - e) F, F, F

181. Sobre a não incidência do ITBI, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

() Não incide sobre transmissão para realização de capital de pessoa jurídica.

() Não incide sobre transmissão decorrente de fusão ou incorporação.

() A não incidência é absoluta independentemente da atividade do adquirente.

a) V, V, F

b) F, F, V

c) V, F, V

d) F, V, F

e) V, V, V

182. O Simples Nacional implica o recolhimento mensal mediante documento único de arrecadação de diversos tributos. NÃO está incluído neste regime:

a) Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ.

b) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.

c) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

d) Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD.

e) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

183. Considerando as disposições sobre sujeito passivo da obrigação tributária no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

a) A capacidade tributária passiva sempre depende da capacidade civil das pessoas naturais.

b) As convenções particulares sobre responsabilidade tributária podem ser opostas à Fazenda Pública para modificar o sujeito passivo legal.

c) A solidariedade tributária comporta benefício de ordem quando há interesse comum no fato gerador.

d) A capacidade tributária passiva independe de a pessoa jurídica estar regularmente constituída, bastando configurar unidade econômica.

e) O CTN não admite alteração do sujeito ativo da obrigação tributária.

184. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre taxas, assinale a alternativa incorreta:

a) A taxa de coleta de lixo é constitucional quando vinculada a serviços específicos e divisíveis.

b) A taxa judiciária sem limite sobre o valor da causa é inconstitucional.

c) A taxa pode incluir elementos da base de cálculo de impostos, desde que não idêntica.

d) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado por taxa.

e) A taxa pela emissão de guia de pagamento de tributos é constitucional.

185. Sobre a progressividade do IPTU, assinale a alternativa incorreta:

a) Pode ser progressivo em razão do valor do imóvel.

b) Pode ter alíquotas diferentes conforme a localização do imóvel.

c) Pode ter alíquotas diferentes conforme o uso do imóvel.

d) A progressividade no tempo é vedada pela Constituição.

e) A base de cálculo pode ser atualizada pelo Poder Executivo municipal.

186. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre anterioridade tributária, assinale a alternativa correta:

- a) A alteração do prazo de recolhimento de tributos está sujeita ao princípio da anterioridade.
- b) A instituição de ITBI não exige observância da anterioridade nonagesimal.
- c) A alteração do prazo de recolhimento de tributos não está sujeita ao princípio da anterioridade.
- d) A anterioridade tributária não se aplica a impostos estaduais.
- e) A anterioridade nonagesimal não se aplica ao ICMS.

187. A lei tributária aplica-se a ato ou fato pretérito em qualquer caso quando seja:

- a) mais benéfica ao contribuinte em relação às penalidades.
- b) expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade.
- c) estabelecida por decreto regulamentador posterior.
- d) definida em norma complementar administrativa.
- e) aprovada no Congresso Nacional com vigência em todo o território nacional.

188. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada, os seguintes critérios:

- a) analogia, princípios gerais de direito tributário, princípios gerais de direito público e equidade.
- b) equidade, analogia, princípios gerais de direito público e princípios gerais de direito tributário.
- c) princípios gerais de direito tributário, analogia, equidade e princípios gerais de direito público.
- d) princípios gerais de direito público, equidade, analogia e princípios gerais de direito tributário.
- e) analogia, equidade, princípios gerais de direito tributário e princípios gerais de direito público.

189. De acordo com as regras gerais de incidência do IBS e da CBS, nas operações de transporte de passageiros, considera-se local da operação:

- a) o local de início do transporte.
- b) o destino final do passageiro.
- c) o local do domicílio do transportador.
- d) qualquer ponto intermediário da viagem.
- e) o local de emissão do bilhete.

190. Em relação ao ISS, cabe à lei complementar:

- a) fixar apenas as alíquotas máximas do imposto.
- b) fixar as alíquotas máximas e mínimas do imposto.
- c) definir as alíquotas do imposto.
- d) estabelecer as isenções do imposto.
- e) definir a competência tributária de cada Município.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Emannuelle Gouveia

191. No sistema operacional Windows 10 ou 11, em português, a ação de fixar um aplicativo à barra de tarefas permite:

- a) Ocultar o aplicativo da visualização do usuário durante a navegação em janelas múltiplas.
- b) Encaminhar o aplicativo diretamente para a lixeira, removendo-o da memória RAM.
- c) Estabelecer prioridades de inicialização no modo de segurança do sistema.
- d) Tornar o atalho do aplicativo permanentemente visível na barra inferior para fácil acesso.
- e) Criar um ponto de restauração do sistema com base no uso daquele aplicativo.

192. No Windows 10, temos uma funcionalidade que torna o sistema mais sensível ao toque quando você usa seu dispositivo como um tablete. Essa opção é chamada de “Modo Tablet”. A opção que permite alternar entre o uso ou não do Modo Tablet, se encontra no menu:

- a) Sistema.
- b) Dispositivo.
- c) Telefone.
- d) Aplicativos.
- e) Contas.

193. No Windows, temos uma ferramenta que trabalha com o OneDrive para liberar espaço automaticamente, disponibilizando novamente, somente online, arquivos que não estão sendo mais utilizados. Esse é o (a):

- a) Sensor de Armazenamento.
- b) Controle de Armazenamento.
- c) Windows Update.
- d) Windows Defender.
- e) Ferramenta de Backup.

194. Em relação ao Excel 365, assinale a alternativa correta quanto ao uso da função PROCV:

- a) A função PROCV permite buscar valores em uma tabela horizontal, da direita para a esquerda.
- b) O último argumento da função PROCV define o formato de exibição do resultado (texto ou número).
- c) A função PROCV realiza cálculos estatísticos com base em dados filtrados por critérios.
- d) A função PROCV é utilizada para localizar um valor em uma coluna e retornar um dado correspondente de outra coluna.
- e) A função PROCV é usada exclusivamente para criar gráficos dinâmicos baseados em múltiplas planilhas.

195. No Microsoft Excel 2016, qual alternativa apresenta corretamente a função que retorna o menor valor entre os selecionados:

- a) =MÉDIA(A1:A10)
- b) =MAIOR(A1:A10;1)
- c) =SE(A1>10;"Sim";"Não")
- d) =MENOR(A1:A10;1)
- e) =CONT.SE(A1:A10;">10")

196. Das letras abaixo, marque aquela que NÃO indica uma característica dos dados informacionais ou analíticos:

- a) Seu conteúdo é formado por: valores sumarizados, calculados, integrados de várias fontes.
- b) Sua organização é por assuntos/negócios.
- c) Sua natureza é dinâmica.
- d) Seu uso é estruturado em fatos/dimensões, com processamento analítico e preditivo.
- e) Seu tempo de resposta, por se tratar de análises mais complexas, podem ser maiores.

197. “Os efeitos de uma transação em caso de sucesso devem persistir no banco de dados mesmo em casos de quedas de energia, travamentos ou erros”. Essa é a descrição de uma característica da transação chamada:

- a) Durabilidade.
- b) Atomicidade.
- c) Consistência.
- d) Isolamento.
- e) Variabilidade.

198. Nos últimos anos, as empresas e organizações têm buscado mudar os seus perfis gerenciais e focar em um quadro capaz de tomar decisões mais assertivas e tempestivas. A prática de basear decisões na análise de dados, e não apenas na intuição para tomada de decisões de negócio, se chama:

- a) Data-Driven Decision (DDD).
- b) Dashboard.
- c) Data Mining.
- d) Alta Performance.
- e) Big Ben.

199. Uma maneira alternativa de observação de dados de uma ou mais entidades (tabelas), que compõem uma base de dados e que pode ser considerada como uma tabela virtual ou uma consulta armazenada, é:

- a) Índice.
- b) View.
- c) Chave estrangeira.
- d) Chave primária.
- e) Chave Composta.

200. Analise as alternativas a seguir e marque a correta

- a) A ingestão de dados funciona apenas para dados em lote.
 - b) A ingestão de dados funciona apenas para dados em streaming.
 - c) A ingestão de dados em lote é útil quando os dados são sensíveis ao tempo.
 - d) A ingestão de dados em streaming deve ser adotada em intervalos agendados e de forma recorrente.
 - e) A ingestão de dados pode absorver dados de diversas fontes e transferi-los para uma base onde podem ser depositados e analisados.
-

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>